

Párias pedem passagem

Jorge Atilio Iulianelli

José Carlos Zanetti

Fátima Nascimento

Rui Bernhard

Ordep Serra

Gabriele Cipriani

Ivone Gebara

Ignacio Godinho Delgado



Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro/Fevereiro de 2004
Ano 26 nº 333

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro
CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)

EDITORA ASSISTENTE

E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Helena Costa
Mtb 18619

ORGANIZADOR DESTE NÚMERO

Jorge Atílio Silva Iulianelli

EDITORA DE ARTE

E DIAGRAMADORA

Martha Braga

COPIDESQUE E REVISÃO

Carlos Cunha

SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO

Ana Emilia Gualberto

Rosa L. Peralta

CAPA

Martha Braga

FOTOS DESTA EDIÇÃO

Jorge Atílio Silva Iulianelli

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

O Fórum num caldeirão de culturas da Ásia

6

PÁRIAS PEDEM PASSAGEM

NECESSIDADE

Índia: Terra do zinzabard – construindo alternativas

7

Jorge Atílio Silva Iulianelli

CACOFONIA

Índia – uma crônica em um bilhão

12

José Carlos Zanetti

TESTEMUNHO

Comércio para o povo, não o povo para o comércio

19

Fátima Nascimento

S.O.S

Presença Ecumênica no FSM 2004

23

P. Rui Bernhard

VIA-POR-VIR

Do mundo em Mumbai

25

Ordep Serra

RISCOS

O primeiro FSM no Oriente

29

Gabriele Cipriani

TEOLOGIA

Uma certa Boa-Nova...

30

Ivone Gebara

ECONOMIA

A Política Econômica do Governo Lula na Perspectiva Empresarial

33

Ignacio Godinho Delgado

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

38

Exatamente no ano de comemoração

de seu 25º aniversário, que coincide com a celebração da primeira década de presença ecumênica e serviço de KOINONIA, esta revista, ao contrário de todo o cuidadoso planejamento traçado, sofreu uma série de percalços administrativos e institucionais que provocaram um enorme atraso na preparação e edição deste primeiro número do ano. Esperamos que nossos assinantes e leitoras(es) nos desculpem e que este involuntário atraso não venha a ser motivo suficiente para empanar nossa alegria por este quarto de século ininterrupto de luta pela justiça, em nome do Evangelho da paz e da solidariedade sempre numa perspectiva genuinamente ecumênica.

Esta primeira edição de 2004 tem como motivo temático o quarto encontro do Fórum Social Mundial (FSM) que, desta vez, deixando Porto Alegre, foi acontecer em Mumbai, na Índia. Reunindo, como das três vezes anteriores, representantes de setores organizados da sociedade civil planetária, o Fórum, em sua primeira convocação em solo asiático, sofreu o impacto profundo da presença massiva de centenas de organizações que representavam os dalits (intocáveis ou párias), ou seja, os excluídos do sistema piramidal de quatro castas básicas (há divisões infundáveis) que, desde a Antiguidade remota, estratificam a sociedade indiana, e de representações das populações nativas do país.

Os articulistas, mesmo escrevendo a partir de enfoques bastante distintos, são unânimes na percepção de que esta quarta edição apresentou novos problemas e novas questões para o futuro desenvolvimento da articulação internacional gerada pelo Fórum. A incorporação dos setores populares mais excluídos e mais radicais em suas demandas e a busca de processos outros capazes de gerar sínteses operacionalizáveis no plano político e passíveis de fazer avançar as propostas articuladas nesta grande arena de diálogo das forças sociais do planeta em favor do bem-estar dos dois terços da população mundial excluídos da atual (des)ordem socioeconômica globalizada constituem os novos desafios postos para Eos próximos encontros do Fórum Social Mundial.

Em meio ao recrudescimento da voragem religiosa, cada vez mais violenta, importa destacar a preocupação e a presença de representações do Conselho Mundial de Igrejas nos debates de Mumbai sinalizando que, apesar das crises e desencontros entre suas instituições-membros, os representantes de uma proposta ecumênica voltada para a realização da justiça no mundo — condição para a paz e a preservação ambiental — marcaram presença no Fórum, participando até dos debates relativos a sua organização.

O contexto nacional é visitado neste número por meio de um estudo que procura explicitar o comportamento do segmento empresarial nacional com o governo Lula, destacando suas adesões, reticências, temores e desafios... É isso aí!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

CARTAS

Queridas leitoras e leitores:

Invertemos temporariamente a ordem a fim de utilizar este espaço para escrever a vocês: queremos incentivá-los a enviarem sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre TEMPO E PRESENÇA.

Temas, abordagens, articulistas, aspectos gráficos; enfim, todas as opiniões sobre quaisquer aspectos de nossa revista são fundamentais para que possamos avaliar e aprimorar nosso trabalho. Enviem cartas para Tempo e Presença/ Koinonia Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ; e-mails para o endereço: tp@koinonia.org.br

Os editores

Somando forças juntas(os) que o Espírito mostra as saídas nas situações de buscas, renova Vidas e Esperanças. Renovamos a assinatura e vai recibo; parabéns pela qualidade de informações e faço minhas as palavras de Zé Vicente (Iguato-CE). E em 2004 queremos mergulhar em cada página da Presença de todas as realidades. Parabéns e obrigada pela atenção.

Fátima Lima e Lúcia Tavares

Itacajá - TO

Muito me alegra a chegada de Tempo e Presença em minha casa. Leio-a com prazer. Estes dois últimos números (331 e 332) foram excelentes. Ivone Gebara brinca com as palavras, deixando-nos reflexões profundas. Ela é um grande referencial, não apenas pela beleza e profundidade do que expõe como pela esperança de renovação. Parabenizo a todos os profissionais da Revista pela qualidade dos artigos bem como pela preocupação com o esclarecimento, a temática dos textos, a seriedade com o que se propõe debater. Estou renovando minha assinatura bem como presentando-a a amigos. Continuem, esta é uma revista essencial.

Maria Helena Medina Varotto

Por e-mail

Desejamos um 2004 cheio de PAZ e com muitas realizações a favor da vida, agradeço a atenção.

*Congregação das Irmãs
Catequistas Franciscanas*

Blumenau - SC

Mais uma vez parabéns pelo ótimo trabalho. Precisamos disso!

Nádja Vettori

Manaus - AM

Que alegria receber essa linda edição, bem pensada, bem sinalizada, e a marca de uma nova digital e carisma. Fiquei felicíssimo e peço que me abracem os amigos todos da Revista, o querido Zwinglio, e sempre que precisarem estarei às ordens e com perfeita alegria Felicidades para 2004 e serenidade e paz.

Marco Lucchesi

Por e-mail

Caros diretores, desejo que esta possa encontrá-los na alegria de suas famílias, num tempo de muita saúde, esperança. Pois o sonho de um outro País possível já começa dedilhado.

Quero parabenizá-los pelo empreendimento que fazem com essa revista de que sou assinante e faço coleção, pois é um subsídio de alto teor científico, posições claras, a favor de um outro mundo possível através de uma sempre nova postura diante da vida neste planeta azul água terra mãe de todos os viventes. Que o Senhor de todos os tempos continue a prover a cada um(a), que está engajado no trabalho dessa revista, graça, saúde, alegria, entusiasmo, ousadia, teimosia e mais um coração grande de esperança e amor, a vocês verdadeiramente discípulos(as) no seguimento de Jesus de Nazaré. Vão em frente.

Agora quero comunicar que não recebi o boleto para renovar a assinatura 2004, e desejo assim fazê-lo; por favor, me enviem.

No aguardo de uma resposta. Agradeço muito a atenção a mim dispensada. Muito grato!

Jaime Izidoro

Guararapes - SP

O Fórum num caldeirão de culturas da Ásia

O Fórum Social Mundial (FSM) é uma experiência inovadora, reveladora e encantadora. As edições em Porto Alegre foram muito significativas. Elas aconteceram no adensamento de uma contracultura ao pensamento único. As regras de ouro do mercado, o neoliberalismo e a ética da exclusão social, que se expandiam em ondas exponenciais pelo mundo, se viram confrontadas.

O tema da desigualdade social crescente e contagiante foi recolocado na pauta das discussões sobre o desenvolvimento. O ano de 2001 abriu eixos de propostas da interrelação de pessoas, grupos, comunidades, espalhadas e dispersas em todo o planeta, sonhando com a possibilidade da implementação de alternativas: alternativas geradoras de modelos de desenvolvimento, democracia, sociedade sustentável, numa expressão: um esforço coletivo pelo controle social do capitalismo, rompendo com as barreiras impostas pela centralidade do mercado. Novamente: a humanidade no centro, o mercado colocado noutra ponta.

Aconteceu o 11 de setembro de 2001 – de tantos onzes de setembro. A órbita da política internacional passou a girar em torno do terror. E as forças do Capital foram mostrando que as águas abriam-se por trás de escândalos financeiros – e dos seus abafamen-

tos. Como foi o caso da Enron. Em 2002 e 2003 a pauta da paz e dos direitos humanos era mais forte nas edições do Fórum Social Mundial. Porém, questões como a Palestina, a própria guerra no Iraque, ou as relações entre China e Tibete, todas estavam noutra diapasão. A lógica da construção das alternativas, dos sonhos realizáveis, das utopias capazes de se efetivarem, retornava e parecia ter vindo para permanecer.

A quarta edição do Fórum, em Mumbai, na Índia, foi um desdobramento político dessa lógica da solidariedade mundial. O FSM aconteceu num terreno no qual todos aqueles temas, e mais as questões cruéis da intolerância religiosa, do comunalismo, das lutas intestinas pela reconstrução e afirmação do nacional, a tensão do convívio de não-potências que detêm o poder da destruição nuclear... tudo isso eclodiu nas terras da Índia. A mesma Índia que levou os europeus dos séculos XV e XVI a construírem o processo de acumulação capitalista, gerador do sistema mundial – como o identificaram Ferdinand Braudel e Immanuel Wallerstein. A mesma Índia que trouxe como religiões mundiais o hinduísmo e o budismo, e tem-se tornado terreno do islamismo e, em proporção muitíssimo menor, do cristianismo.

Podem-se concluir estas linhas impressionistas com uma questão de perspectiva: Pensar noutra questão, a do papel do movimento ecumênico na construção de um novo mundo possível – ou de tantos mundos possíveis quantos Deus queira. Na Índia, a gente pode aprender o sentido radical da miséria com apartação social, assim como a gente pode aprender as diversas formas da solidariedade – como as borboletas-crianças – e você, leitora, leitor, vai ficar com essa dúvida. Porém, o que mais nos deixa estupefatos é que, por mais que a miséria, em tom extremo, nos deixe indignados, é daqueles porões da humanidade que continuam a brotar sonhos. O movimento ecumênico deveria ser o espaço para que os sonhos desses porões da humanidade, que nascem com religiões, e sem religiões, pudessem vir a lume e pudessem encantar, seduzir, *resgatar*, o que resta em nossa sociedade dominada pela idolatria do Mercado. Mamom ainda se alia a Marte – o deus da Guerra. E nós temos a possibilidade de ser eco daquilo que não é oco nos empenhos por um novo mundo possível. Um novo mundo é possível, é possível, se fizermos possível ser.

Koinonia oferece este testemunho de latino-americanos que tiveram a oportunidade de viver com outros o desejo de um novo mundo possível, no Oriente, na Índia.

Índia:

Terra do zinzabaho construindo alternativas

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Três expressões da língua hindu, uma no título, outra na abertura, a terceira no final. As duas primeiras são a síntese dos sentimentos que o Autor captou no convívio indiano, a última é que nem um grito de adeus a Mumbai, surgido de alguém que durante aquele Fórum se nutriu de alegria úmida de lágrimas, de esperança arranhada de cólera, de fé revitalizada e encorajada pelos intocáveis párias da Índia. Eles, as *dalits* lhe falaram ZINZABAHO — minha força vital é partilhada com todos; NAMASTHE — o meu Deus interior saúda o teu Deus interior. Ele, o Autor conclui: DHANYAWAD — sou-lhes muitíssimo grato.

Namashte! Nosso mundo louco vive tempos incríveis. Estamos todos envolvidos pelas cortinas midiáticas da mundialização... do medo. O terror, novo nome do inimigo público número um, vinculado à afirmação infundada de seu vínculo a algum fundamentalismo islâmico, sucedeu o, assim chamado, flagelo das drogas, que era o sucessor do 'pedofagista': o comunismo! *Tempus modernum*. Quase assistimos àquele Angelus, de Klee, citado por Benjamin, com os pés retorcidos para o caminho inverso, as asas impulsionadas na direção contrária àquela, e a cabeça voltada para trás da direção do voo forçado: a história é — no pensar de Benjamin — o amontoar das catástrofes. O futuro é incerto, é a possibilidade aberta, porque está sendo construído por sopros que nos lançam numa direção ignota.

O terror, as drogas, armam o temor. A cultura midiática é a do temor. Que nos digam as paulistanas pizzas domésticas, que nos digam o espetáculo das casas de aluguel de vídeos, que nos proclamem os quartos encerrados com os computadores interconectados em bandas largas, ou largas bandas podres, de uma solidão em busca de abraços, solitárias e amedrontadas. Nada que afirmar em favor das ações terroristas. Como ensina Hare, aos terroristas não é o discurso anti-ação destrutiva que poderia liberá-los de uma prisão racional. Não,

a ação responde a uma lógica ácida: fazer valer um direito no qual se acredita, o qual é preterido, injustamente, e que precisa ser proclamado — mesmo às custas da própria vida e de tantas outras vidas.

Não interessa ao terror o discurso das bombas como o que vai dissuadi-lo de suas ações. As bombas, a guerra, são o mesmo discurso do terror. Combater para se defender! Porém, se defender de quem? A afirmação do terror como inimigo apenas é mais uma das frentes da cultura imobilizadora do medo. Temam, tremam e calem-se! Intimidem-se, porque nada há a fazer. E, então, seguem as ondas midiáticas conectando a violência nossa de cada dia, ao também nebuloso crime organizado e ao não menos nebuloso tráfico. São eles os maus. Protejam-se! Como? Escondam-se, ergam muros, aponham grades, cerquem-se de seguranças, blindem os automóveis. Armem-se ou desarmem-se, tenham medo! O que está colocado? Paralisem-se! É preciso que as pernas tremam, que as mãos se imobilizem e que a voz se emudeça.

Essa cultura do medo e do espetáculo da morte e da ameaça, como diz uma amiga, Gabriela, já tem mais que meia hora. Como dizem Hardt e Negri, esse espectro que ronda o mundo, o Império, com suas três fontes de consumo de força vital, a bomba, o dinheiro e o éter — o controle midiático

da mente coletiva, é quase desesperador. Porém, se há essa força dos *po-dres poderes*, há um conjunto de respostas. Muitas dessas respostas são se-quer ouvidas, porque se dão no nível local, a partir da cultura e do saber local, sem repercussões midiáticas espetaculares. Algum conjunto de ações tem-se fortalecido na direção da afirmação de uma outra possibilidade que aquela da cultura espetacular da ameaça, da morte e do medo – que pode ter os nomes de guerra contra as drogas, guerra contra o terror, globalização excludente, ou outros mais.

De Seattle a Gênova se passa por Porto Alegre. O Fórum Social Mundial estabeleceu um outro *momentum* e, até mesmo, um novo *memento*. Gladiadores antes das lutas em que deveria haver mortos, saudavam César: “Ave, César, os que vão morrer te saúdam”. Que besteira! Essa besteira continua fazendo espriar-se toda a mística sacrificial, que aceita a auto-regulação do mercado como um modelo que *necessita* das vidas de muitas pessoas – que é, porém, apenas um *mal necessário*. Ainda se afirma, esse sacrificalismo, na forma dos nacionalismos pretensamente defensivos, que se apóiam num argumento ridículo: matemos antes que nos matem! Não se trata de defesa, mas de uma *guerra preventiva*. O Grupo dos Oito, Davos e o complexo industrial-militar ocidental estão bastante aliados para tornar complexa essa discussão de como tornar possível uma outra mundialização, que seja humanizadora, que crie condições para o rompimento com os ciclos da fome e da miséria, e das mortes inocentes que decorrem desse descuido.

O modelo industrial ocidental criou condições para o processo produtivo atender aos milhões de famintos. A ciência e a tecnologia desenvolvidas, nas

O modelo industrial ocidental criou condições para o processo produtivo atender aos milhões de famintos. A ciência e a tecnologia desenvolvidas, nas mais diversas áreas, que tornam possível a exploração das galáxias, assim como o universo dos microorganismos, são as mesmas que tornariam possível a superação das endemias e pandemias assassinas

mais diversas áreas, que tornam possível a exploração das galáxias, assim como o universo dos microorganismos, são as mesmas que tornariam possível a superação das endemias e pandemias assassinas de vidas inocentes em todos os extremos da terra. Pasma ver, muitas vezes, a discussão sobre a questão da sustentabilidade afirmar que o modelo de desenvolvimento industrial esgotaria os recursos naturais, então, a solução seria pensar num mundo com um pouco mais de austeridade. Um pouco para todos, melhor que nada para a maioria e muito para poucos. Essa lógica distributiva me parece equivocada. Nem quero entrar na discussão mais profunda da necessidade de adequar os modelos distributivos às realidades socioculturais, e às capacidades dos indivíduos, como nos ensina Amartya Sen. Porém, considero que deveríamos começar a observar que as condições de superação da fome, da miséria, dessas doenças assassinas estão dadas. O ponto, como diz Iztvan Metzarus, é o controle social do mercado. Como vamos criar as condições políticas desse controle é uma discussão coletiva a ser en-

frentada – como modelos temos as discussões sobre responsabilidade social, ética empresarial, mobilização social antiglobalização, e tantas outras...

Essas são as condições que nos ajudam a entender a onda em favor de uma outra mundialização possível. Quando, a partir de Porto Alegre, no ano de 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) subiu em seu *skate*, começou a rolar como uma consequência de um empenho em favor de direções diferentes. Questionar Davos foi fundamental. Por que um Fórum Econômico Mundial deveria deixar de lançar seus olhares, atentar seus ouvidos, permitir-se questionar pelo mundo da solidariedade dos oprimidos? Resgato aqui esse tema da emergência dos oprimidos na esfera internacional. O Fórum Social Mundial é uma plataforma de afirmação de direitos. Direitos dos diferentes, direitos das diferenças, direito à construção de alternativas (no plural) ao modelo hegemônico que a mundialização excludente afirmava com mais vigor naquele 2001.

Em 2002, o FSM avançou na esteira da comunidade internacional, como que deu um *looping* com o seu *skate* e assumiu a causa da paz mundial, da estabilidade da comunidade internacional, da defesa da integridade do mundo. Todos contrários à invasão da Albânia. A guerra contra os talibãs, não porque eles representem alguma coisa de melhor neste nosso mundo, era um atentado ao direito internacional. A derrubada do governo talibã já aconteceu ao arripio do direito internacional. O FSM, em Porto Alegre, em 2003, estava com a questão da guerra contra o Iraque, na ordem do dia, e, em coro com a comunidade internacional, também não aceitava aquela intervenção contrária, novamente, ao direito internacional. Então, o quê: A onda por uma outra

mundialização possível experimentou sua fragilidade? essa fragilidade que a população mundial tem diante de alguns tomadores de decisão internacional?

O processo FSM avança, como um *skatista* na sua pequena prancha enrodilhada. A gravidade exerce um poder que é maior que o equilíbrio do *skatista*? Essa é a arte do equilíbrio, ficar na prancha, no ar, no chão, sobre os muros, sob a prancha... Assim, o FSM continua e continuou em 2004, mudando. Do Extremo Ocidente, no sul do Mundo, numa capital que coloca o tema da gestão democrática na pauta do dia, para o Extremo Oriente, a Índia, com as questões – para falar o que um amigo, o Cunca, disse – do nuclear, da guerra, com mais ênfase que o tema da superação da pobreza. Para mim, as quatro edições do FSM vão firmando um modelo que reúne contestação, afirmação da diversidade – política, cultural, social – com seus temas angustiantes: intolerância religiosa, racismo, androcentrismo-machismo-patriarcalismo, dentre outros. A superação da pobreza, uma democracia mundial – socialista? – um mundo sustentável, todas essas agendas se conjunham.

O cenário da Índia é, talvez, um dos mais apropriados para que os atores mundiais possam formular as perguntas e construir respostas para esse conjunto de questões. Neste início de 2004, na Índia, o FSM aconteceu com uma mudança em relação ao modelo das edições anteriores. Sobre tudo em relação à organização espacial do ambiente no qual ocorria o FSM, e em relação à presença dos movimentos sociais dos pobres nesse espaço. E, além disso, se apresenta um paradoxo na discussão de como avançar na direção da construção coletiva de alternativas. Vou falar dessas três questões. O es-

Diferente das outras edições do FSM, nas quais as conferências e painéis chamam mais a atenção, Mumbai era uma grande Salvador em Carnaval. Não faltavam variações dos trios elétricos



paço é curto. Tentarei de forma sintética e impressionista tecer estes comentários.

As diversas edições do FSM em Porto Alegre colocaram os participantes e a quem assistia domesticamente, pela TV, o evento, na cidade. A cidade era o palco. Está bem, vamos conceder, não *toda* a cidade. Porém, os espaços do centro de Porto Alegre eram aqueles da interação das cidadãs e cidadãos do mundo. Uma cidadania planetária numa cidade que ofereceu de forma mais acentuada – confirmada até mesmo pelos equívocos – o tema da gestão democrática municipal. Um espaço sempre carregado das diversidades, das ocupações dos equipamentos públicos pela população do

mundo que circulava pelas ruas e avenidas. Essa integração cidade-FSM não se reproduziu na Índia.

Não que deixasse de haver apoio dos governos do estado de Maharashtra e da cidade de Mumbai. O guia do Fórum registra isso, e agradece esses apoios. Porém, a construção do processo, interna à Índia, situou o FSM numa periferia de Mumbai, o Goregon, num parque de exposições, o Nescio. Era quase uma reclusão. Podemos admitir que havia meios de transporte públicos, como trens e ônibus ou mesmo transportes privados como os *ri-quixás* e os *cabs*. O que destaque é uma menor integração, para não dizer uma desintegração entre a cidade e o FSM. A cidadania planetária, os que vinham das diversas partes do mundo, sobretudo da Ásia, estavam ali, naquele parque de exposições, lugar de todos os painéis, conferências, e das atividades autogestionadas. Assim como, o espaço dos *shows* de abertura e encerramento.

A cobertura do evento, na Índia, foi restrita. Os grandes jornais nacionais quase nada falaram, exceto do escândalo de uma denúncia de estupro, na delegação oficial do governo da África do Sul. Além disso, o Fórum quase passou pela Índia oculto. *Meno male*, restrito àquele espaço e à confluência política que o tornou possível – e foi difícil torná-lo possível. O grau de dissensão interno da Índia se reproduziu numa edição de um Fórum paralelo, o *Mumbai Resistance*, esse mais inexpressivo – é fato – que o FSM. Essa espacialidade descentrada, não obstante, não impediu que no mundo as coberturas midiáticas acompanhassem, com alguma atenção, o processo do FSM. Sobre tudo, por presenças como as da ex-Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, e a Prêmio Nobel de

Direitos Humanos de 2003, a iraniana, Shirin Ebadi, Presenças que repercutiram em Davos.

Por outro lado, a ocupação social daquele espaço foi de uma grandeza imensa. Diferente das outras edições do FSM, nas quais as conferências e painéis chamam mais a atenção, Mumbai era – para nossa imagética brasileira – uma grande Salvador em Carnaval. Não faltavam variações dos trios elétricos. E aqui temos que ir fazendo muitas considerações. Numa primeira versão deste texto, tinha considerado importante, e o é, fazer uma caracterização mínima, histórica, cultural, religiosa, econômica da Índia. Isso ajudaria a ter alguma idéia, e suponho que a leitora e o leitor irão buscar essas informações alhures. Porém, vale o que um amigo – construída lá a amizade – que é Tâmil, indiano portanto, me falou: *Nós não entendemos isso aqui* – a diversidade dos sistemas de castas, o comunalismo, o alto e rápido desenvolvimento econômico com a alta e rápida acumulação e concentração de renda.

Porém quero oferecer um rápido retrato daquele carnaval *social* de Salvador em Mumbai, ou *Bombaim*, para os que preferem o nome português da cidade. Os filhos de Gandhi não têm a percussão dos filhos de Gandhi-ji. Imaginem um mundo no qual as pessoas não se podem comunicar entre si, apenas porque nasceram num determinado lugar, numa determinada família, ou que apenas podem se comunicar em relações de subordinação. Em termos grosseiros, é isso o que resulta do sistema de castas. Imaginem um mundo no qual as opções religiosas implicam exclusão de espaços públicos coletivos, *grosso modo*, é o comunalismo. Imaginem um país capaz de produzir um índice de crescimento do PIB de 8% a.a. e mantém mais de 2/3

A Índia faz pensar sobre uma mundialização de todos os que enfrentam e resistem à exclusão como sujeitos de direitos

da população na mais terrível miséria, grosseiramente é, a Índia.

Imaginem – os que não estavam lá, nem assistiram pela televisão – centenas e centenas de grupos dos intocáveis, a casta dos párias, que trabalham com as mãos, organizados, quase sempre cantando e dançando, com evocações às mais venerandas tradições hindus, a proclamar em alto e bom tom os seus direitos. Eram homens, mulheres, crianças, idosos, afirmando ser chegada a hora de fazer valer os seus direitos. A comunidade internacional deveria apoiar, solidariamente, essa conquista. Uma conquista variegada. E, ali, naquele cenário, no Nescio Goregon, com passeatas internas e externas, estavam aquelas pessoas com suas roupas tradicionais, seus saris, tantas cores. Também estavam as populações tradicionais da Índia, que ultrapassam a estratificação social hindu, e estão ainda mais abaixo da subcasta mais pária dentre os párias.

Foi o espaço do FSM mais socializado com o mundo dos excluídos, dos empobrecidos. A Índia faz pensar sobre uma mundialização de todos os que enfrentam e resistem à exclusão como sujeitos de direitos. Faz pensar que o mercado não exclui ninguém de suas malhas, de seus tentáculos, de uma ou outra forma todos participam dos processos produtivos, das relações sociais de produção. A exclusão fere o cumprimento dos direitos humanos. O espaço social que as crianças indianas dahlits ocuparam, as borboletas, uma metáfora linda para pensar a infância, com as suas contradições e beleza. Um

espaço social que colocava as lógicas em conflito: como quando alguns jovens, ocidentais, diante do avançar do horário para as oficinas gritavam para os indianos, em inglês, – quase todos falantes de hindi – *vamos trabalhar agora!* O trabalho, para os indianos, era fazer aquelas manifestações, naquele espaço. Talvez, uma das poucas oportunidades de mundializar aquele conjunto de conflitos e lutas sociais.

O Extremo Oriente – em relação à Europa – deixou emergir diversas questões no Extremo Sul Ocidental – em relação à Europa – sem a mesma intensidade. O problema do nuclear aflige coreanos, chineses, indianos, paquistaneses como uma ameaça vigente e constante. O tema das guerras étnicas e religiosas, diversas manifestações de indianos exigiam o fim do regime comunalista, que afirma a prevalência de determinada confissão religiosa em relação a outra na vida civil. Ainda que a vida civil afirme constitucionalmente o pluralismo religioso, na prática cotidiana os conflitos se revelam comuns – afirmadores da prevalência de uma comunidade sobre as demais. Assim como, as questões territoriais, em especial com a China, como a disputa do Tibete.

Esse era o espaço social do FSM com essa representação social na Índia. O debate pelas alternativas em tecnologias sociais transformadoras, passa necessariamente pelo FSM. O modelo que ele propõe, de uma grande rede, que propicia relações entre diferentes atores sociais, com um mesmo espírito, mas com diversidade de ênfases e de propostas, está eivado de contradições. O que nos resta não é apontar esses diferentes matizes. Ao se fazer a pergunta sobre como avançar na construção de propostas alternativas ao modelo de mundialização excludente, que sejam coletivas, estamos diante de



um *imbroglio*. Apenas para manter o tom do registro impressionista, indico três matrizes que podemos reconhecer em diversos autores e atores que lá estiveram e que nos inspiram e/ou desesperam – sem com isso pretender exaurir o tema.

Primeiramente, temos aquelas e aqueles que afirmam que as alternativas econômicas, políticas, culturais, ambientais e sociais, estão desde há muito formuladas. O problema não é indicar como se pode ter uma economia solidária, comércio justo, ou coisas que tais. Nem mesmo, discutir os mecanismos sociais de controle do mercado, da construção da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar. Nada há que discutir de forma inovadora sobre o rompimento com os circuitos de exclusão social, como o racismo ou o androcentrismo. *Nossas propostas* que são conhecidas, *elas não querem*. Essa é uma matriz que reconhece na nossa trajetória os passos certos.

Uma segunda matriz, é a que discute a perspectiva das alternativas com ênfase na questão da sustentabilidade ambiental. O nome da crise é modelo de desenvolvimento centrado no consumo de energias não-renováveis e no aumento da devastação poluidora para assegurar e ampliar o consumo de bens

Imaginem centenas e centenas de grupos dos intocáveis, a casta dos párias, organizados em grupos, cantando e dançando, proclamar em alto e bom tom os seus direitos

duráveis. O ponto de equilíbrio da equação seria a reformulação do modelo de desenvolvimento. Depurar a natureza consumista com um choque de austeridade responsável e coletiva. Nesse modelo, no extremo, teríamos que estabelecer conjuntamente novos padrões de produção-consumo, e de relações sociais de produção. É o trilema democracia, desenvolvimento sustentável e justiça social.

Finalmente, outra matriz é a que apronta o condicionante da afirmação das diversidades como o ponto de mutação para um novo modelo de mundialização. A sociodiversidade para redimensionar os processos do sociometabolismo capitalista, noutra direção – qual? A sociodiversidade valorizada como um ingrediente fundamental para a construção de um novo mundo possível: valorização das mulheres, dos homossexuais, dos povos ameríndios, africanos e afro-descendentes, aborí-

genes e demais povos tradicionais. Essa ênfase sobre os temas do racismo e das intolerâncias – étnica, genérica, geracional, religiosa – coloca em cena central o tema da sociedade mundial pluralista.

São matrizes, dentre outras, que procuram afirmar os caminhos para a construção de outros mundos possíveis. Não termino este texto com a indicação de critério de seleção de matrizes. Não sei nem se é necessário ou possível. Porém, concluo esta reflexão sobre o FSM como espaço social dessa construção de alternativas com duas afirmações. Primeira: estamos num processo de aprendizagem dessa participação coletiva, mundializada, que procura mais que ser uma oposição ao modelo excludente da mundialização hegemonicamente imposta. Segunda: precisamos aprender com essa participação no FSM na Índia: *precisamos de um mundo diferente que atenda as necessidades de todos, e não à ganância de todos* (Gandhi). Por isso, *dhanyawad*, Índia, *dhanyawad*, FSM. ☺

Jorge Atilio Silva Iulianelli, Filósofo, coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, de KOINONIA, e professor de Filosofia da Educação no curso de Pedagogia das UNESA – Universidade Estácio de Sá.

Índia uma crônica em

José Carlos Zanetti

O impacto de Mumbai fez lembrar que o achar-se treinado "para tratar das tragédias humanas" não era nada diante do espetáculo visto do ônibus numa viagem do aeroporto ao bairro Goregon: casebres, "um lixo suspenso". Lixo esparramado pelas calçadas e ruas; lixo barulhento em meio às buzinas livres dos veículos loucos; lixo de mãos pedindo, meigas, algo para comer; lixo de uma riqueza que esmigalha mais da metade de um povo que é simbolizado pelo lixo dos lixos humanos, os párias.

Difícil descrever valores, fazer julgamentos num contato tão impressionista. Muitos indianos lembram nossos caboclos – aquela tez azeitonada, meio indígena, meio negra de cabelos lisos – uma mistura de etnias. É um misto de encantamento e irrealidade, já que desde sempre trazemos gravado um estereótipo da Índia – a terra das especiarias –, talvez tenha sido o que ouvimos em nossa primeira aula de mundo. Afinal os navegadores procuravam uma rota alternativa para a Índia com seus, então, 2.500 anos de história, quando a Coroa Portuguesa deu com suas naus no Brasil. Tem também a "fila indiana", o que a teria motivado? Certamente para não se perderem naquele mundaréu de gente. No tempo, lá pelos 1960, em que se trocavam gibis entre a segunda e terceira seção do cinema pulguento, tinha aquele mistério do Fantasma e sua caveira, amigo dos pigmeus, um imortal que vivia escondido numa caverna nas remotas florestas de Bengala (região entre a Índia e Bangladesh). Por fim nos vem à memória o elefante carregando no lombo um trono cravejado de pedras preciosas, montado por um marajá. Opulência e miséria, as características a que nos acostumamos reconhecer na história das conquistas dos povos.

Fora dos bancos escolares, quando fizemos uma escolha de compromisso com a luta social, fomos nos familia-

rizando com quadros de pobreza e injustiça. Aprendemos e até pagamos caro por esse compromisso, movidos que fomos pela indignação e inconformidade. E quando percebemos nossas realidades mudarem estampadas no rosto de crianças, jovens e velhos, quando homens e mulheres falam altivos de si, experimentamos, então, "os aperitivos do Reino", como nos brinda Boff. A indiferença e a rotina não são companhias aos que se propõem ser "lutadores e lutadoras" a serviço da justiça, razão por que nos indignamos toda vez que nos equilibramos por passarelas em palafitas. De sorte que, com tamanha vivência, nos imaginávamos treinados para tratar das tragédias humanas. Mas nada, nada se compara, até onde nossa vista alcança, aos amontoados humanos de Mumbai. Será sempre uma vista parcial, até porque assistimos de camarote pela 'tevé' da janela do ônibus – a poeira, os corvos, o barulho permanente da buzinas, nada capaz de turvar nossa percepção de que são quilômetros de casebres e espaços armados de trapos, com pessoas dormindo na rua. Não do nosso jeito brasileiro, incômodo, porém restrito aos vãos das pontes ou sob alguma marquise, mas assim, aos milhares espalhados nas calçadas-corredores empoeirados que acompanham o leito das ruas. Nada a ver com nossa população de rua, são multidões que andam ou vagam pelos trechos, pelas

Um bilhão

praças o tempo todo, mesmo pela madrugada, nos dando a certeza de que não é possível um momento em que toda a cidade adormeça, simplesmente porque não há abrigo para todos. Aquilo que nos parece bucólico em nossos interiores, como o barbeiro na calçada, ou alguém carregando uma bacia d'água, é o cotidiano de uma grande cidade levando e trazendo pequenos serviços (como não se surpreender vendo alguém passando ferro na beira da rua?). Sucatas e entulhos são carregados em alguma direção, os telhados cobertos de espessa camada de pó e restos de plásticos – um lixo suspenso.

O barulho não vem das vozes, ao menos os indianos de Mumbai são sorridentes e de fala mansa (já dentro do Fórum Social foi um agito só). Vem do buzinaço dos milhares de caminhões, carros, ônibus, táxis e riquixás (lembrando aqueles triciclos motorizados e cobertos com um banco largo onde se transportam até três passageiros) que trafegam afoitos e estressados como a querer desmentir o tipo manso e cordial, fora do volante. *Horn please* (favor buzinar) não é uma suposição, é um código de trânsito estampado nas carrocerias dos caminhões, cujas descargas fumegantes garantem uma permanente poeira no ar. Aliás, os caminhões, uma arte à parte, todos decorados e iluminados com uma profusão de cores, como carros



alegóricos. Até aquela bola do cârter que se vê por baixo no eixo entre os pneus traseiros é valorizada por traços de tinta luminosa. Vistas de frente, a incidência da luz revelava carancas fantasmagóricas, inspiradas pelos grandes olhos do pára-brisa. Como os latinos, os indianos são fantásticos. Naquele formigueiro de veículos e pessoas, os táxis caçam freguês e fica aquela sensação de que a qualquer momento acontecerá um desastre, sensação que causa maior aflição porque se está num mar de carros que andam em velocidade de *videogame*, serpenteando e atravessando cruzamentos sem sinalizadora, por viadutos, calçadas e na contramão, que lá é normal, mão inglesa que é. Entre freadas e arranques, o caos é aparente e não se vêem batidas ou xingamentos, tudo orquestrado por uma das maiores instituições da cidade – a buzina. Na hora do *rush*, engarrafamentos monumentais e, a cada clarão que se abre, vale a lei de quem avançar primeiro, tudo sem agressões, numa exasperante realidade.

A paisagem em muitos trechos é uma cena de guerra, como um acam-

pamento de refugiados em sua própria terra. Mais ao fundo, forçando a vista aparecem silhuetas de prédios funcionais, alguns ostentam extravagantes luminosos anunciando oportunidade de emprestar dinheiro para cada necessidade, e num gigantesco *outdoor*, o carrão com jovem casal em sorriso ocidental propaga novo estilo de vida. Explica-se: a Índia é o segundo país mais populoso do planeta, com um bilhão de habitantes, com um contingente gigante de excluídos, mas na conta populosa “sobram” 250 milhões de consumidores... De repente o ônibus muda de rumo em direção a lugares mais aprazíveis, lembrando a parte decadente do centrão paulista e mais adiante alguns quarteirões fortemente iluminados – clubes privados, onde acontecem festas e fantásticos casamentos – quando finalmente realizam-se nossas fantasias sobre marajás. Não havia exatamente uma linhagem de emplumados elefantes, mas um desfile de carrões europeus e norte-americanos, de onde saíam decididas belas mulheres em seus *saris* exuberantes. Ah! as mulheres, de que casta, de que

religião, de que ocupação? Quase impossível distinguir. Mesmo as muito pobres vestem-se com elegância, com riqueza de detalhes, sofisticados arranjos e impensáveis *piercings*. Mesmo as descalças caminham com doçura e acompanham com leveza suas crianças. Em qualquer lugar, as famílias ou parentes ou amigos, quando não estão andando, estão sentados em círculos, conversando cerimoniosamente, como se estivessem lá desde sempre, sem qualquer pressa de ir a lugar algum. Sempre haverá por perto algum templo religioso, em geral modesto, atendendo grupos comunitários, quase extensão das famílias. Há uma aura no ar e no semblante das pessoas que nos confundem os espaços do sagrado. Na Mumbai Central existem grandes templos. A ida à mesquita de Haji Ali foi estupefaciente. Localizada num promontório, numa pequena península do Mar Árabe, os visitantes têm de percorrer um longo corredor até o templo. Uma fila de pedintes e mutilados formavam um terrível mosaico de etnias, parecendo representar os pobres do mundo tirados de uma cena bíblica.

Vegetarianos, são magros, sem ser esqueléticos, esguios. A miséria estampada não se traduz, como em nossa América, na violência, naquela sensação de insegurança que nos intimida quando se anda por bairros ou becos desconhecidos. Claro, os pedintes. Era de se esperar hordas de mendigos, mas eram poucos pelo muito da indigência que dominava o caos urbano. O pedido como súplica é ainda mais constrangedor. Este jeito indiano de esmolar é ainda mais desconfortável. Mulheres e crianças tocam delicadamente nossos braços, e com aquele mesmo

A ida à mesquita de Haji Ali foi estupefaciente.

Localizada num promontório, numa pequena península do Mar Árabe, os visitantes têm de percorrer um longo corredor até o templo. Uma fila de pedintes e mutilados formavam um terrível mosaico de etnias, parecendo representar os pobres do mundo tirados de uma cena bíblica.

ar pedinte levam as mãos à boca – esta linguagem insuportavelmente universal de que se está com fome. A gente quer desaparecer dali, mas lembrando nossas ciganas, voltam em seguida e repetem o mesmo gesto educado de nos tocar – um misto de delicadeza e submissão capaz de revolver todas as culpas do cristão visitante.

UM POUCO DE ECONOMIA POLÍTICA

A Índia, “a maior democracia do mundo”, sempre festejada pelos analistas por experimentar nos últimos anos uma taxa regular de crescimento em torno 6 a 6,5% ao ano e uma política independente, precisa de explicações. De fato os símbolos e os padrões revelam um país com um vezo nacionalista. Em contraponto ao império norte-americano que tem na indústria de entretenimento uma de suas bases mais sólidas de dominação, é instigante saber que os indianos produzem quase mil filmes por ano, aparentando ser o maior pólo cinematográfico do mundo, em sua quase totalidade voltado para o mercado interno.¹ A força de trabalho é estimada em quatrocentos milhões de pessoas, dois terços da população está na zona rural (daí a grande ênfase que dão à agricultura familiar), sendo que 75% da população compõem as classes subalternas, em boa parte, abaixo da linha de pobreza, ou seja, sobrevivem com renda inferior a US\$ 2 por dia. Um jornal brasileiro



Portal da Índia, Mumbai.

noticiou que o PIB indiano é próximo ao nosso, em torno de US\$ 580 bilhões, prevendo-se que rapidamente irão nos ultrapassar, se já não.² Está entre os 'países-baleia', ou seja, aqueles países emergentes que detêm um grande território e população, além de uma base produtiva razoavelmente complexa, uma lista da qual ainda fazem parte, China, Rússia, Brasil e África do Sul. Apesar deste crescimento linear e sucessivo, seu IDH recuou de 94º lugar para o 127º lugar, coincidindo com a radicalização de abertura neoliberalizante da economia, a partir de 1998. Tal indicador desmistificasse, mostra uma vez mais, que crescimento necessariamente não resulta em maior equidade social.

Bem, aqui começa, então, a delinear-se a complexidade da economia política indiana.

O país é dirigido pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP), de orientação nacionalista hindu (religioso), há catorze meses à frente do governo indiano. Contudo, no plano econômico, implementa políticas neoliberais de acordo com os ditames do FMI. O Partido do Congresso, de Indira Gandhi, lidera a oposição. Se há uma forte herança nacionalista originada nos movimentos anticoloniais (a Índia só conheceu a independência em 1949), prevalece uma conflituosa realidade política nacional com suas castas e outras formas de discriminação. Sob a batuta do BJP, está longe de ser um modelo de democracia para o mundo. A construção de grandes barragens em áreas naturais e de culturas ancestrais (a barragem de Sardar Sarovar é o exemplo mais recente), a perseguição impetrada contra a *minoría* de cerca de 130 milhões de muçulmanos (por exemplo,

Mulheres e crianças tocam delicadamente nossos braços, e com aquele mesmo ar pedinte levam as mãos à boca. A gente quer desaparecer dali, mas lembrando nossas ciganas, voltam em seguida e repetem o mesmo gesto educado de nos tocar – um misto de delicadeza e submissão capaz de revolver todas as culpas do cristão visitante.

com o massacre no estado de Guajarat, em 2002)³, motivada pela xenofobia que tenta reduzir a riqueza da diversidade indiana à idéia da *pureza da identidade racial hindu*, expressam a complicada encruzilhada da democracia nesse país. Somam-se a esta, outras "minorias" fortemente desprezadas pelas elites do país, e que se encontram fora do sistema de castas – os *dálits* assim estigmatizados como "intocáveis" (quem os toca, precisa ser purificado, conforme a justificação hindu) e que somam absurdos 250 milhões de pessoas e os *advasis*, população aborígine de existência milenar, compreende 9% da população da Índia, cerca de 90 milhões de pessoas. A religião fortemente predominante é o hinduísmo, ao lado de minorias islâmicas, católicas, protestantes, *sikhs*, budistas e jainistas. Em meio a tal emaranhado de grupos étnicos e crenças, que falam mais de 5.000 línguas, 50 delas reconhecidas oficialmente, e

um baixo índice de alfabetização, em torno de 55%, nasceram milhares de organizações locais dispersas, dezenas de partidos políticos que, por sua vez, estimularam o surgimento de numerosas e ativas organizações e movimentos sociais, muitos dos quais a eles ligados. O país se dá ao 'luxo' de contar com três partidos comunistas e inúmeros agrupamentos socialistas – isto para apresentar as forças progressistas que têm a ver com o espírito do Fórum Social Mundial, já que muitas organizações de extrema esquerda questionam fortemente sua existência.

ADENTRANDO OS PORTÕES DO ESPAÇO NESCO

Uma velha metalúrgica com imensos galpões foi transformada num precário centro de exposições de Mumbai. A "infra" correspondeu à energia e enorme garra das organizações indianas que, por contingências políticas, não contaram com recursos nem governamentais, nem das grandes fundações do Ocidente. Os grandes espaços estavam prontos e foram ocupados por milhares de organizações (foram cadastradas 2.660) e 132 países participantes. Havia mais de 80 mil inscritos, mas estima-se que 120 mil pessoas circularam diariamente pelo Espaço Nesco. As oficinas funcionaram em estruturas leves e agradáveis montadas pelos organizadores, feitas de algodão cru e estopa e, claro, com o arejamento dos ventiladores, uma outra instituição indiana. Todos os que foram notaram: os eventos aconteceram em dois ambientes – nas estruturas preparadas para as grandes conferências, painéis e oficinas e pela ruas do Espaço Nesco. Os grupos organizados conseguiram colocar a Índia na

agenda mundial. A ousadia de se fazer um fórum social neste incrível país teve muitos acertos. Dois deles não podem deixar de ser registrados: As maiorias excluídas estavam lá fortemente representadas; quase 60% dos delegados só se comunicavam em seus idiomas; numa profusão de cores e *performances*, gritavam e cantavam e dançavam pelas praças e ruas do parque; foram mais de 150 peças de teatro e centenas de barracas faziam o *comércio justo*. O outro acerto espetacular foi que a construção do FSM resultou numa contribuição importante para o avanço da unidade dentro dos movimentos sociais na Índia. Pode-se imaginar o que foi o exercício de construir consensos entre as duzentas organizações que coordenaram este processo. No Brasil, no encaminhamento das três primeiras edições, oito organizações...

A ameaça de um fórum paralelo, de grupos que se recusavam a adotar a Carta de Princípios, até porque algumas organizações defendem a luta armada, foi enfrentada com o diálogo intenso, a ponto do grupo dissidente ver-se sem condições políticas para estabelecer um confronto. As manifestações contrárias ao Fórum resumiram-se a cartazes desairosos e pichações nos muros das imediações do *Nesco Ground*, como o FSM ser um "Cavalo de Tróia do imperialismo" e as ONGs como seu principal instrumento. Tãmanha injustiça não empinou a esfuziante alegria e uma prova a mais de politizada tolerância. Como salientou o sociólogo Cândido Gribowski, um dos grandes animadores de todo este processo, *os setores populares vieram com uma linguagem mais universal, o uso da roupa, dan-*

A ousadia de se fazer um fórum social neste incrível país teve muitos acertos.

Dois deles não podem deixar de ser registrados: as maiorias excluídas estavam lá fortemente representadas; a construção do FSM resultou numa contribuição importante para o avanço da unidade dentro dos movimentos sociais na Índia.

ças, cartazes, música, afirmando suas identidades e direitos. A cacofonia neste Fórum foi maior, não só por causa dos idiomas diferentes, como também pelo surgimento dessas linguagens não faladas. Como articulá-las com as grandes conferências e painéis? Este é um desafio para nós. Definitiva foi a observação de Nandita Shan, ativa militante do Comitê Índio de Trabalho: "Em Mumbai houve um único fórum, onde conseguimos fazer com

que os excluídos participassem." Para ela, as passeatas e manifestações são a forma de expressão de uma parte da sociedade. Ela avalia que o diferencial do Fórum foi a inclusão de temas como o fundamentalismo e as castas. Mesmo sem declarações finais, tem sido um espaço de crescente articulação que impulsionou, por exemplo, as mobilizações globais contra a guerra do Iraque. Por tudo e por todos, Mumbai valeu.

¹ Não é o caso de entrar no mérito desta produção, de seu significado e qualidade. Apenas informar que existem dois grandes pólos cinematográficos: um em Mumbai, também conhecido como "Bollywood" (em alusão ao pólo norte-americano de Hollywood), onde predominam filmes comerciais, e os astros *pop stars*, e um segundo pólo em Calcutá, região ainda mais pobre e sob maior influência de forças de esquerda, onde convivem cinemas de arte e panfletários.

² Produtos que exporta: bens têxteis, pedras preciosas e jóias, bens de engenharia, produtos químicos e manufaturas de couro.

³ Foram destruídos 200 santuários e cerca de 180 mesquitas, assassinadas 2.000 pessoas, 115 mil expulsas de suas casas, além de mulheres violentadas em massa. Outro lado terrível desta história é que os *dálits* e *advasis* figuravam entre os grupos envolvidos no massacre.



Direitos Humanos em Mumbai

As centenas de oficinas, conferências, seminários e testemunhos nos obrigaram a selecionar alguns eventos. A Agência Intereclesiástica de Cooperação (ICCO), da Holanda, promoveu uma série de quatro oficinas articuladas em torno dos Direitos Humanos, às quais dediquei maior atenção. Sob o título *Superando a Impunidade*, o evento contou com expressivas figuras no campo internacional dos Direitos Humanos, como a advogada Asma Jahangir (representante especial da ONU no tocante a assassinatos extrajudiciais), Shirin Ebadi (prêmio Nobel da Paz de 2003), Mary Robinson (comissária da ONU para Direitos Humanos), Soli Sorabjee (Procurador Geral da Índia e filiado à Corte Internacional em Haia) e Bas de Gaay Fortman (professor de direitos humanos, da Universidade de Utrecht).

DIREITO À VIDA

O *workshop* começa com uma palavra de Thin-Thin, um refugiado de Burma, que presenciou crimes horrendos ainda impunes. Em resumo, leia-se impunidade como a facilidade com que não só indivíduos, mas também governos, continuam a cometer sérias violações aos direitos humanos impunemente. Eles são imunes ao julgamento.

Mary Robinson foi clara e direta para com os praticantes de genocídio: "Você pode fugir, mas não pode se esconder". De acordo com Asma Jahangir, é difícil conseguir isto quando um governo finge não ver tais crimes ou até mesmo, os comete. Shirin Ebadi foi até mais dura: *A América e alguns países da Europa que venderam armas químicas a Saddam Hussein são, em parte, responsáveis por esses crimes. Estes países não devem apenas ser julgados, mas devem também ser forçados a pagar pelos danos que foram causados.* Os visitantes travaram discussões fervorosas sobre o Iraque, a invasão americana, quem está impune e quem é o mais culpado das violações dos direitos humanos.

DIREITO ECONÔMICO

O segundo dia foi dedicado a discutir a nova política do FMI de induzir os governos dos países emergentes a elaborarem um termo de obrigatoriedade, a que chamam de Documentos Estratégicos para Redução da Pobreza (PRSPs), e a falta do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais. Os PRSPs são documentos nos quais países pobres explicam o que eles pretendem fazer para melhorar sua situação financeira em troca de um empréstimo do Banco Mundial ou do FMI. Eles foram largamente criticados porque o Banco Mundial e os países credores determinam indiretamente como um país deve organizar sua economia e deve conduzir sua política social. Na prática, poucas idéias dos povos desses países são expressas nos PRSPs.

Esta nova proposta demonstrou ser um tópico popularizado e de forte apelo emocional no 4º Fórum Social Mundial. Popularizado porque foi mencionado em muitos *workshops* e de forte apelo emocional porque a integridade do Banco Mundial e do FMI está sendo questionada. As opiniões dos palestrantes e do público oscilavam desde idéias como: os "PRSPs foram criados apenas como mais uma forma de dominação sobre nós" e "se nós redigirmos PRSPs, nós estaremos dando suporte a instituições como o Banco Mundial e o FMI". Contudo, outros ponderaram que *há pessoas boas e ruins em todo lugar, incluindo no Banco Mundial e no FMI. Nós temos que aceitar que estas instituições existem e tentar ganhar alguma influência com as pessoas certas por meio dos PRSPs.*

DIREITOS DA MULHER

O tema do terceiro dia focou na situação da violência sobre as mulheres. O testemunho foi de Rosemary, uma coordenadora de mulheres do Movimento dos Sem-Terra (MST) do Rio Grande do Sul. Ela sabe o que é não ter direitos. Teve a experiência pessoal sobre o que

é ter que lutar por seu próprio pedaço de terra, e sobre ser vítima da violência doméstica. Depois do seu divórcio, não pôde reivindicar a parte da terra que ela e seu marido tinham conseguido. Mesmo dentro do MST, observou ela, não existe igualdade entre os gêneros e elas tiveram que enfrentar uma pequena guerra para consegui-la. Hoje em dia, não há um único evento organizado sem que exista uma creche, o crédito está disponível para ambos os sexos, e as mulheres possuem um papel ativo na cooperativa.

"Superar a divisão público/privado". Alguns participantes confessaram ser difícil imaginar com o que um *workshop* com um assunto tão abstrato poderia contribuir. Entretanto, a advogada Asma Jahangir esclareceu esta dúvida. O Estado tem grande influência sobre as vidas das mulheres pela legislação. Mas o que é considerado privado e o que é considerado público é mais difuso em um país do que o é em outro. A interferência do governo é barrada ou não? Por exemplo, Asma falou sobre as mulheres que em alguns países só podem casar com a permissão de seus pais ou irmãos. Neste caso a legislação governamental tem grande influência na vida privada da mulher.

Por outro lado, a violência doméstica é freqüentemente considerada erroneamente como um problema privado, quando, na verdade, as mulheres deveriam poder contar com a proteção do Estado. Maha Abu Dayyeh Shamas, diretor do Centro de Apoio Legal e Aconselhamento de Mulheres em Jerusalém, enfatizou a dualidade do sistema. Por um lado, os cidadãos têm o direito de contar com a proteção do governo; por outro, o Estado tem que oferecer proteção sem que esta seja requisitada. Há uma tendência de que esta proteção se torne muito complicada quando a administração da justiça não é transparente.



Shirin Ebadi retornou ao espaço da ICCO e foi a última palestrante. Deu ênfase ao papel da legislação no tocante aos direitos das mulheres. Em alguns países as mulheres não têm direito ao voto e não podem ter RG (carteira de identidade). Por outro lado, os homens têm o direito a ter cinco esposas. Se uma mulher se divorciar, as crianças ficarão com o marido. Os argumentos religiosos são usados frequentemente para violar os direitos das mulheres. Mas é difícil explicar por que centenas de juízas capazes foram demitidas após a revolução iraniana por não ser apropriado que elas detivessem estas posições dentro da religião islâmica. Estes argumentos falsos são baseados no pensamento patriarcal, e numa cultura na qual a igualdade entre mulheres e homens não existe; não tem nada a ver com a religião islâmica. Shirin convidou os presentes a se manterem envolvidos e levantando a bandeira contra a desigualdade entre homens e mulheres.

A religião nunca deve ser empregada para suprimir mulheres ou tirar-lhes os direitos. Em sua opinião, a instrução é o melhor remédio contra as violações dos direitos humanos e mais especificamente contra as violações dos direitos das mulheres. Se você não educar os povos, a possibilidade de violações dos direitos humanos e do aumento do fundamentalismo religioso cresce. Nesta mesma linha, ela se opõe também à política de Chirac, que quer proibir o uso do véu em escolas na França: *Um número de pais manterá suas filhas fora da escola, o que terá um efeito adverso: a falta de instrução alimenta o fundamentalismo e a desigualdade entre mulheres e homens.*

DISCRIMINAÇÕES INFAMES

A série de *workshops* sobre o déficit dos direitos humanos terminou de forma tão expressiva quanto começou. A quarta e última oficina patrocinada pela ICCO teve como tema *Superar a Discriminação Sistemática*. Do grupo de discussão final

participou o líder da Campanha Nacional de Direitos Humanos *Dalit*, Paul Divakar, o ativista dos direitos humanos/roteirista/jornalista, Tapan Bose, o educador especial, dr. Mithu Alur e a consagrada autora de livros como *A violência da revolta verde*, Vandana Shiva.

O agricultor palestino Sharif Omar iniciou a sessão dando seu testemunho sobre a discriminação enfrentada por palestinos que tentam sobreviver com seu trabalho quando todas as rotas do transporte são controladas pelos israelenses que emitem licenças arbitrariamente e cortam, às vezes violentamente, todos os esforços para os palestinos venderem seu produto agrícola. Ele condenou também "a parede *apartheid*" que, entre outras coisas, estaria causando um esvaziamento de sua fonte de água.

O palestrante principal, Paul Divakar, deu-nos uma descrição comovente e filosófica da discriminação usando a experiência dos *dalits*. Descrevendo-se como uma "terceira geração *dalits*", apontou as polarizações agudas que "permearam as camadas da consciência" dos povos da Índia. Este *imprinting* ideológico funciona tão profundamente a ponto de incapacitar os povos que continuam a acreditar não serem dignos de receber tratamento igual. Propôs uma "estratégia do pêndulo" como uma aproximação para compensar o esforço, ciente de que nenhuma aproximação é eficaz o bastante. A ação direta na rua, que acopla a administração e os sistemas legais, consegue alguma ação – "uma decisão da Corte talvez" – e a visibilidade elevada. Tal visibilidade ganha devia ser reavaliada nas comunidades para demonstrar o que pode ser conseguido e para reforçar os direitos dos quais os povos são titulares.

Os outros palestrantes dirigiram-se a outros tipos da discriminação, como a dos deficientes, portadores de necessidades especiais que, segundo dr. Alur, enfrentam exclusão social em todos os níveis, apesar da estrutura legal que deve-

ria favorecer seus direitos. Ele acrescenta que esta discriminação é ainda perpetuada por organizações internacionais como a Unicef que não tem nenhuma provisão para crianças nessas condições. Tapan Bose identificou novas formas de discriminação que derivam da falha das estruturas do Estado e dos membros de comunidades em responder apropriadamente a determinados grupos, tais como as famílias daqueles que escolheram cometer atos terroristas.

Por fim, Vandana Shiva ponderou que o regime mercantilista mundial e o controle incorporado dos recursos, estão tendo como resultado uma situação em que comunidades inteiras de pequenos proprietários, por exemplo, têm-se tornado dispensáveis. Disse que 25 mil pequenos produtores tinham cometido o suicídio na Índia desde que os efeitos da globalização os atingiram. A diferença entre o ter e o não-ter está se transformando na diferença entre o viver e o não-viver. A pior manifestação disto é a privatização da água, que está tirando das pessoas o acesso a esse direito humano fundamental. A doutora Shiva referiu-se à privatização dos rios e a um projeto na Índia chamado "Conectividade" que pretende ligar vários rios, mudando-lhes o curso normal e destruindo muitas comunidades que se tornam excluídas e dispensáveis. No fechamento, Vandana Shiva descreveu o esforço de contrapor-se à discriminação em três níveis: um projeto econômico para fazer frente às políticas de comércio de mundo; um projeto político como alternativa ao fundamentalismo; e um projeto militar para enfrentar o terror.

José Carlos Zanetti, assessor de Projetos da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Comércio para o povo, não o povo para o Comércio

Fátima Nascimento

Assunto para qualquer revista de escola dominical de catecismo, de sermões. O título parafraseia o Mestre "O sábado para o homem; não o homem para o sábado". Bem que tantas igrejas poderiam "mobilizar a sociedade a fim de que exerça seu poder de pressão sobre os tomadores de decisões para que o comércio seja transformado em mais um mecanismo de promoção de desenvolvimento sustentável e que seus benefícios sejam acessíveis a todos". Igrejas se mobilizaram em Mumbai.

O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS E O TEMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DURANTE O IV FSM

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), durante a quarta edição do Fórum Social Mundial, realizou uma série de atividades discutindo temas que têm sido, ao longo de sua história, objeto de reflexão e de ação das igrejas na construção de um reino de justiça e paz.

Dentre essa série de atividades, destacaram-se também os seminários de discussão sobre o comércio internacional. Com estas ações o CMI consolida sua associação ao movimento social global que ao longo da última década tem desenvolvido iniciativas no sentido de reverter a tendência atual do comércio liberalizante em prol de um comércio que colabore com a equidade econômica e social dos povos.

O seminário: "Comércio para o povo; não o povo para o comércio. Campanha da Aliança Ecumênica de *Advocacy* sobre comércio e Direitos Humanos", contou com a participação direta da Federação Luterana Mundial, do CMI, de *Christian Aid* e de Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (*EED*), todos membros da Aliança Ecumênica de *Advocacy*, coalização de igrejas cristãs e organismos ecumênicos que busca mobilizar a sociedade em torno dos temas do comércio e dos direitos humanos. A campanha tem por "objetivo mudar as regras internacionais e as práticas que dirigem o comércio

mundial colocando a redução da pobreza e a proteção do meio ambiente como prioridades maiores".¹ Sendo assim o seminário tratou de questões como o abalo provocado pela política de subsídios dos países ricos para a agricultura, o controle sobre a produção de sementes, o choque para o trabalho nos países em desenvolvimento, a proteção dos povos vulneráveis, o acesso aos mercados dos países ricos, o papel das empresas multinacionais, dentre outros.

Outro seminário promovido pelo CMI juntamente com a Associação Cristã de Moços e o Church World Service teve como tema "Mulheres por um comércio justo, sustentável e respeitoso" refletindo especificamente o impacto do comércio internacional sobre a vida das mulheres.

As duas atividades, no entanto inseriram-se num contexto de debate mais amplo sobre o comércio mundial, que se constitui num dos temas prioritários do Fórum. O FSM é um espaço privilegiado de troca de experiências, reflexão e elaboração de estratégias, mas principalmente de articulação e consolidação do movimento global em prol de um comércio equitativo. No IV FSM foram realizadas mais de duascentas atividades, entre conferências, seminários e oficinas tratando diretamente do tema, sem contar as outras centenas de atividades com temas afins. O que significou cerca de 20% das atividades ocorridas no período de quatro dias de debates na cidade de Mumbai.


O seminário tratou de questões como o abalo provocado pela política de subsídios dos países ricos para a agricultura, o controle sobre a produção de sementes, o choque para o trabalho nos países em desenvolvimento, a proteção dos povos vulneráveis, o acesso aos mercados dos países ricos, o papel das empresas multinacionais, dentre outros.

POR QUE O COMÉRCIO INTERNACIONAL É UM TEMA IMPORTANTE DA AGENDA MUNDIAL?

Os benefícios gerados pelo processo de globalização econômica ao contrário de promoverem a igualdade têm aumentado ainda mais o fosso entre pobres e ricos, seja em países, regiões ou indivíduos.

O comércio internacional que poderia exercer um importante papel na redução da pobreza tem na verdade ampliado as desigualdades e dificultado a luta pela superação da pobreza.

As regras do mercado internacional em geral favorecem o interesse de ampliação do lucro das grandes corporações em detrimento do interesse público e têm contribuído para a violação do direito dos indivíduos a um meio de vida sustentável e a um emprego seguro.

Ao lado de outras estratégias de desenvolvimento econômico e social, o comércio internacional pode operar a favor de todos. Para tanto ele deve ser orientado no sentido de garantir a realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. 

PRINCIPAIS QUESTÕES ABORDADAS NOS DEBATES

O IMPACTO DA AÇÃO DA OMC SOBRE A AGRICULTURA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e tem como atribuição continuar negociando um sistema de regras para o comércio internacional que englobe os bens físicos, serviços, propriedade intelectual, investimentos e meio ambiente.

Um dos grandes embates na OMC entre os países ricos (especialmente os Estados Unidos e os membros da União Européia) e os países em desenvolvimento se refere à prática de *dumping*, ou seja de adoção pelos países ricos de políticas de subsídio para exportação de produtos agrícolas em detrimento dos meios de vida de milhões de agricultores dos países do Sul. Como a agricultura é essencial para os milhões de produtores dos países em desenvolvimento, o subsídio praticado pelos países ricos limita o acesso dos agricultores de países em desenvolvimento e pobres aos mercados, e empobrece ainda mais os produtores de arroz do Haiti, de algodão da África ocidental e de leite do Brasil, só para ficar em alguns exemplos.

Outra grande preocupação é a predominância apresentada por alguns países, incluindo o Brasil, em valorizar o agronegócio de exportação em detrimento da prioridade da produção para o abastecimento doméstico, o que traz efeitos bastante prejudiciais à segurança alimentar das populações.

A lógica predominante do agronegócio e da atenção a produtos competitivos no mercado internacional não se pode sobrepor à garantia da produção e acesso a alimentos, em geral produzidos pela agricultura familiar.

O LOBBY DE INVESTIDORES

Entre os temas novos propostos para discussão na OMC está o da regulação dos investimentos. O *lobby* exercido especialmente pela União Européia pretende: assegurar o direito de as empresas estrangeiras investirem em qualquer setor; a obrigação, por parte do Estado,

de conceder às empresas estrangeiras o mesmo tratamento dado às empresas nacionais, mesmo no setor dos serviços essenciais; a proibição de medidas regulatórias que exijam dos investidores estrangeiros usarem insumos locais, transferirem tecnologias, ou limitem a repatriação de lucros; o direito de as empresas estrangeiras moverem ações contra países em função de qualquer medida que restrinja seus lucros futuros. Países como Índia e China têm resistido na OMC ao tratamento deste novo tema por reconhecerem que tais medidas, se adotadas, devem provocar a perda da autonomia dos países em desenvolvimento para estabelecer políticas no âmbito do desenvolvimento econômico, social político e cultural, tornando suas economias ainda mais vulneráveis.

O CONTROLE SOBRE A PROPRIEDADE INTELECTUAL

O acordo "Direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio" (*Trade related intellectual property rights* – TRIPs) inclui itens como: amplitude da cobertura das patentes sem discriminar o lugar da invenção ou se a exploração do direito se exerce via produção local ou importação; patenteabilidade de microrganismos geneticamente modificados; tempo de vigência das patentes de vinte anos; desaparecimento das licenças compulsórias e da caducidade como mecanismos de política industrial.

O Acordo TRIPs tem efeito direto sobre a saúde dos pobres. Na declaração de Doha, numa clara vitória do movimento social, especialmente dos que trabalham com a Aids, firmou-se o compromisso de mudar o TRIPs no sentido de permitir a exportação de produtos genéricos para países necessitados, assegurando medicamentos para os doentes de Aids na África e para outras doenças que anualmente matam milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, como a diarreia, a pneumonia e o câncer.

DE OLHO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Outro setor com importância crescente é o de serviços. A privatização dos servi-

ços públicos ampliou a possibilidade de lucros e corresponde atualmente a cerca de 20% dos fluxos globais do comércio mundial. A União Européia e os Estados Unidos estão conduzindo as negociações na OMC com vistas à reforma do *General Agreement on Trade in Services* (GATS) no sentido da total liberalização, desregulamentação e abertura ao capital estrangeiro. Querem incluir na lista dos negócios serviços essenciais como educação, abastecimento e distribuição de água, saneamento, correios, fornecimento de energia, entre muitos outros.

Junto com o interesse na exploração dos serviços, os demandantes buscam interferir na regulação nacional modificando os procedimentos em relação à transferência de fundos para o exterior e à ampliação da possibilidade de contratação de técnicos estrangeiros.

A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO DAS TRANSNACIONAIS

Considerando a grande e, por que não dizer, na maioria das vezes, maléfica influência das corporações transnacionais nos países em desenvolvimento, urge a necessidade de regular sua ação. As inovações tecnológicas e investimentos trazidos pelas transnacionais trouxeram, na maioria dos casos, desemprego e exploração dos recursos naturais gerando ainda mais miséria. Infelizmente são comuns os casos de superexploração da mão-de-obra, até mesmo com denúncias de trabalho escravo, e de poluição do meio ambiente por agentes químicos. As transnacionais têm tido ação crescente também na inviabilização das pequenas e médias empresas.

É preciso que os benefícios gerados pela globalização não sejam apropriados somente pelas transnacionais, mas revertam em possibilidade de superação da pobreza.

PAPEL DA ONU NA MEDIAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Existe um movimento, por parte dos países ricos, no sentido de esvaziar o papel estratégico da Organização das Nações Unidas de criar espaços de discussão entre diversos segmentos da sociedade com vistas a buscar caminhos para o desenvolvimento. Isto se expressa, dentre outras formas, na não-observância

vância de importantes resoluções estabelecidas a partir das grandes conferências da ONU, sobre temas como meio ambiente, habitação, alimentação, saúde e combate à pobreza, dentre outros.

O COMÉRCIO E AS MULHERES

Sob vários aspectos os acordos comerciais afetam as mulheres. O desemprego e o abandono dos maridos aumentou a responsabilidade das mulheres pelo sustento das famílias. As políticas recessivas que levaram à falência as políticas sociais induziram as mulheres a aceitar contratos e relações de trabalho precárias ou mesmo informais, agravando-lhes a vulnerabilidade.

A privatização dos serviços de saúde, que veio junto com o descompromisso social, tem trazido de volta para as mulheres a responsabilidade pelo cuidado de seus familiares, *com tendência a reforçar a visão sexista do lugar da mulher na sociedade e a vinculação mulher-trabalho não-remunerado. Colocando todo este peso no ombro das mulheres, o Estado pode diminuir os custos com instalações hospitalares e com pessoal. A receita é clara: diminui os investimentos, reduz os custos e aumenta-se a responsabilidade das mulheres para manter uma política de saúde ("Comércio para a vida")*.

Outro efeito danoso para as mulheres é resultante do Acordo TRIPs. Todos sabemos que, em parte significativa das comunidades, os conhecimentos das plantas medicinais e alimentícias foram conservados e transmitidos pelas mulheres. O patenteamento pelas transnacionais expropria as mulheres de seu saber e meio de vida e as comunidades, de sua cultura.

OS EFEITOS DA CRIAÇÃO DA ALCA PARA OS PAÍSES POBRES DAS AMÉRICAS

Para as Américas um tema central não explícito, mas implícito, é a criação da Área de Livre Comércio da América (ALCA). É um acordo comercial que busca eliminar as barreiras comerciais de todos os países do continente americano (à exceção de Cuba) e que começou a ser negociado em 1994 com sua entrada em vigor prevista para 2005.

A ALCA não pretende fortalecer os laços econômicos entre os países da

região, mas sim, de acordo com os ideais liberalizantes e de eficiência do mercado, regular os investimentos, serviços e propriedade intelectual, setor de eletro-eletrônicos, compras governamentais e a agricultura. A lógica liberalizante deve provocar a competição entre os países e, no caso americano, como estes têm realidades bem diversas e desiguais, deve ocorrer como consequência de uma degradação ainda maior das condições de vida e trabalho em benefício do aumento do lucro das grandes empresas.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A AÇÃO

QUESTÃO GERAL

■ É reivindicada maior participação da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão sobre as políticas que causam impacto no desenvolvimento dos países, por meio da criação de mecanismos específicos como assento nos fóruns, consultas e referendo popular (em casos específicos, como a ALCA).

■ Deve ser garantido que nenhum acordo comercial internacional ou regional privilegie os grandes investidores em detrimento dos direitos sociais e econômicos das pessoas.

■ Deve ser assegurado espaço às organizações de mulheres a fim de participarem de todas as negociações em curso, com o objetivo de identificar os impactos na vida delas e elaborar recomendações a serem incorporadas nos tratados comerciais internacionais e regionais, identificando claramente os mecanismos de apoio específicos para a promoção da equidade de gênero.

AGRICULTURA

■ Redefinição da política de subsídios de forma a favorecer uma maior igualdade social.

■ Prioridade para as políticas domésticas de apoio à agricultura de base familiar.

■ Garantia da soberania e segurança alimentar.

■ Abertura dos mercados dos países desenvolvidos.

GATS:

- Reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento de garantirem o acesso universal aos serviços básicos.
- Reconhecimento do direito de proteger setores e empresas locais estratégicos para a economia e a sustentabilidade das relações sociais no país.
- Interrupção da re-negociação do GATS até que uma análise detalhada, feita por órgão independente da ONU, possa mostrar os efeitos das atuais regulações para os segmentos desprotegidos nos países em desenvolvimento e pobres.
- Suspensão das privatizações, até que os governos dos países em desenvolvimento tenham construído capacidade reguladora dirigida a garantir a proteção dos direitos humanos, dos direitos do consumidor e o acesso universal a serviços básicos.

INVESTIMENTOS:

- Reconhecimento do direito soberano das nações de regular os investimentos a fim de que contribuam para a promoção de um desenvolvimento nacional justo e sustentável.
- Reconhecimento do direito de proteger sua economia interna e as empresas nacionais.
- Estabelecimento de um imposto internacional sobre intercâmbio de divisas com vistas a reduzir a especulação e gerar um fundo de desenvolvimento socioeconômico, que seria administrado por uma agência da ONU, apoiada pela sociedade civil do país hospedeiro, com autoridade para regular os fluxos de capital para dentro e para fora do país, e de canalizar os recursos desse fundo para políticas nacionais de desenvolvimento.
- Definição dos tribunais dos países hospedeiros como fórum legítimo de solução de conflitos e de garantia da participação dos cidadãos afetados.
- Assegurar aos países em desenvolvimento o direito de impor requisitos de desempenho aos investidores para que colaborem na criação de um contexto macroeconômico adequado, transfiram tecnologia apropriada e apoiem metas sociais, como emprego, proteção de

direitos trabalhistas e respeito ao meio ambiente.

TRATADO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (TRIPS):

- Garantir a proibição de patentes de recursos genéticos de plantas e animais para fins alimentares e agrícolas em todos os acordos comerciais.
- Endossar a implementação da Declaração de Doha sobre TRIPs e Saúde Pública nos países que necessitam atender à população pobre.
- Incentivar a adoção da declaração de Doha nos acordos bilaterais e regionais.
- Monitorar os trabalhos da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e da Organização Mundial de Comércio (OMC), da Organização Mundial de Saúde (OMS) para possibilitar a assessoria técnica aos países em desenvolvimento e pobres em relação ao uso das salvaguardas da Declaração de Doha no Acordo TRIPs.
- Avaliar continuamente os efeitos do Acordo TRIPs em pesquisas de desenvolvimento de medicamentos, no acesso a medicamentos e no preço das drogas, a fim de ser possível propor alternativas e modificações do TRIPs.
- Lutar para que o Acordo TRIPs seja retirado da OMC e revisto o seu conteúdo no sentido de proibir que recursos naturais possam ser apropriados para gerar lucros privados.

TRANSNACIONAIS:

- Definição de uma legislação internacional, baseada nos acordos internacionais sobre direitos humanos, ambientais, econômicos e trabalhistas, voltada para a regulação das transnacionais e que garanta uma atuação ética, responsável e transparente desses agentes econômicos, como parte do acordo da OMC.
- Criação de uma agência reguladora internacional, independente, dentro das Nações Unidas, fiscalizadora e com poder de fazer cumprir a lei de regulação das transnacionais e com recursos para apoiar países, organizações da sociedade civil em casos que envolvam o desrespeito à regulação por parte das transnacionais e de suas afiliadas.

ALCA:

- Garantir que a regulação estabelecida pelo processo de integração promova a equidade de gênero, de raça e das culturas do continente americano.
- Assegurar que as nações signatárias do acordo sejam obrigadas a assinar e ratificar os principais tratados, convênios e instrumentos internacionais e regionais de proteção aos direitos humanos, civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais e garantir que esses acordos tenham prioridade sobre as regras comerciais, de serviço e de investimentos.
- Adoção de mecanismos que atendam às necessidades de ajuste, incluindo o financiamento compensatório, a capacitação, o desenvolvimento de infra-estruturas e os incentivos para a criação de empregos nos países em desenvolvimento e pobres da região.

A Campanha pelo Comércio Justo pretende mobilizar a sociedade a fim de que exerça seu poder de pressão sobre os tomadores de decisões para que o comércio seja transformado em mais um mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável e que seus benefícios sejam acessíveis a todos.

— Para a elaboração do presente artigo foi de fundamental importância o documento: "Comércio para a Vida – Documento Brasileiro, Campanha *Christian Aid* – Agosto/2003". Elaborado pela *Christian Aid* com apoio de suas contrapartes brasileiras. O documento foi lançado na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil, durante a Campanha Primavera para a Vida, promovida pela Coordenadoria Eclética de Serviço (CESE) em setembro de 2003.

1 "Comércio para a Vida" – Documento Brasileiro – Campanha *Christian Aid*, Salvador, 2003.

Fátima Nascimento, advogada, assessora programática do Escritório de Ligação e Organização. Participou do IV FSM como representante da CESE, na delegação do Conselho Mundial de Igrejas.

Presença Ecumênica

no FSM 2004

Rui Bernhard

"Tanto é que viajei com a mala cheia de remédios para as mais diferentes doenças..."

A preocupação do secretário executivo para a 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas parece ter acabado por sugerir (a ele?) a todos alguns remédios que revitalizem o Movimento Ecumênico. E o Fórum teria sido esse apelo às igrejas vindo dos párias indianos.

Quando falei a um amigo meu que participaria no Fórum Social Mundial na Índia, a reação dele foi: "Não te animes muito. A Índia é um país paupérrimo e tem cheiro ruim."

As informações obtidas via internet sobre o país descreviam-no com as cores mais deprimentes possíveis. Tanto é que viajei com a mala cheia de remédios para as mais diferentes doenças que pudessem ser causadas por falta de higiene.

Estas imagens me acompanharam até a chegada ao aeroporto de Mumbai, às 3h30 da manhã, após uma viagem de aproximadamente 36 horas. E foram se confirmando durante os 80 quilômetros até o hotel, aonde chegamos às cinco da manhã, após uma viagem numa caminhonete Toyota, cujo motorista andava no limite máximo de velocidade, da forma mais agressiva que se possa imaginar.

Nos dias seguintes confirmavam-se também as informações sobre o trânsito caótico, quando a buzina é o meio mais usado entre os motoristas, para que assim possa haver uma certa organização entre os veículos que trafegam em alta velocidade e os transeuntes que precisam encontrar o seu jeito de seguir em frente pelos caminhos da vida.

O quadro se completa com a extrema pobreza, que está presente em toda parte. Informações indicam que dos 16,5 milhões de pessoas que vi-

vem em Mumbai, um milhão vive nas ruas, muito abaixo da mais absoluta miséria e sete milhões vivem em favelas e sub-habitações.

A realidade da Índia nos ensina que a necessidade de construção de um mundo melhor é bem mais urgente do que se possa pensar.

Este, portanto, foi o cenário em que se realizou o 4º FSM, com a presença de mais de 80 mil pessoas, das quais 80% do país hospedeiro.

Para o movimento ecumênico, que já conta com a grande dificuldade de encontrar um caminho comum para sua jornada, participar de um evento dessa grandeza em meio a tantos desafios e dificuldades foi uma experiência muito difícil. Mas, ao mesmo tempo, deve-se admitir que houve uma preocupação local na apresentação de indicadores aptos a orientar os representantes ecumênicos para uma participação objetiva, em que pudesse haver uma contribuição para as causas e projetos que visam construir um mundo melhor.

Esta tarefa foi assumida pelo Conselho Nacional de Igrejas da Índia (NCCI). Reuniu ele todos os representantes de igrejas e organismos ecumênicos no primeiro dia, antes do início do Fórum. Ali tivemos a oportunidade para o encontro e as orientações sobre temas e assuntos que pudessem receber a atenção especial dos representantes ecumênicos. Isso foi muito



útil dentro de um cenário de centenas ou até milhares de propostas temáticas oferecidas pelo Fórum.

Após essa reunião ecumênica do primeiro dia, infelizmente não houve mais possibilidades para encontros organizados da família ecumênica nos demais dias do Fórum. Mesmo que houvesse um *stand* ecumênico chamado MESA, esse local não foi apropriado para que os diferentes grupos ecumênicos pudessem encontrar-se para celebrações conjuntas. Por isso a presença ecumênica estava um tanto dispersa e cada representante participava dos programas e seminários escolhidos individualmente.

Nem nós, os representantes convidados pelo Conselho Mundial, vindos de diferentes países e hospedados no mesmo hotel e viajando juntos todos os dias até o local do FSM, tivemos uma coordenação que proporcionasse a possibilidade de uma reflexão, planejamento e avaliação voltada para a nossa participação no FSM. O que certamente contribuiu para isso foi a distância entre o hotel e o local do Fó-

Ou assumimos de forma mais responsável um compromisso com ações práticas num tipo de rede, ou não teremos mais como sustentar-nos enquanto movimento ecumênico.

rum, o que nos mantinha em viagens diárias de ida e volta de três a quatro horas por dia.

Deve-se admitir que o próprio FSM de 2004 não trouxe grandes novidades nos temas apresentados e na forma de abordá-los, em que as manifestações foram muito idênticas aos anteriores. Esse fato certamente foi avaliado de forma muito diferente pelos participantes indianos e asiáticos, que receberam do FSM um grande fortalecimento dos seus projetos e movimentos para a transformação de suas realidades. Um exemplo disso foi a participação em massa do grupo dos *intocáveis* indianos (*dalits*), que são oficialmente marginalizados por sua condição social.

Eles puderam sentir durante o Fórum que eram aceitos como indivíduos pelos grupos vindos de outros países. O contrário da experiência que têm em seu país, onde são rejeitados e excluídos da sociedade. Para eles o Fórum foi um evento marcante que fortaleceu as suas convicções e o seu projeto de resistência contra a discriminação. Isso deve fazer com que os organizadores do próximo pensem em planejar um Fórum menos elitista, para que grupos como os dos *dalits* possam encontrar seu espaço e seu clamor possa ser ouvido.

Seja como for, precisamos rever nossa participação ecumênica no próximo FSM em Porto Alegre. Assim como o próprio Fórum, precisamos vir

a sair de lá com propostas mais concretas para nossa atuação futura. Isso significa: Ou assumimos de forma mais responsável um compromisso com ações práticas num tipo de rede, ou não teremos mais como sustentar-nos enquanto movimento ecumênico. É claro que para isso precisamos começar nos nossos grupos locais.

O FSM precisa assumir uma pauta mínima, se não quiser tornar-se repetitivo e, com isso, correr o risco de esvaziar-se aos poucos. E a participação ecumênica precisa ter a mesma preocupação. Precisamos saber melhor o que queremos e, conseqüentemente, preparar-nos melhor para isso, a fim de que nossa participação nos ajude a ir além da presença no FSM.

Neste sentido a idéia de realizar-se o Fórum Social Ecumênico paralelamente à 9ª Assembléia do CMI pode ser muito boa. Por meio desse evento talvez consigamos responder um pouco melhor aos desafios apontados acima, no que diz respeito a uma melhor definição do que se quer e como se pode contribuir melhor para o Fórum Social, um processo tão importante que precisa ter continuidade, se queremos tornar realidade a luta por um mundo melhor.

Hoje posso responder ao meu amigo, que me desestimulou a participar do FSM, que valeu a pena o cansaço, a visão da miséria e o mau cheiro. Não pelo quadro em si, mas pela esperança de que o FSM represente para que esse quadro possa ser transformado e um mundo melhor se torne realidade entre tanta gente que não sabe o que isso pode significar. E

P. Rui Bernhard, Secretário executivo de preparação da 9ª Assembléia do CMI

Do Mundo em Mumbai

Ordep Serra

Quase um poema cubista de colagens alucinantes e também malditas, mas um poema, e um poema épico. Pode-se perceber no Autor uma quase síntese dos sentimentos dos outros que estiveram na Índia. Os gritos lancinantes e dolentes dos degredados de tudo, as castas indianas, se transfiguram nos alegres e contagiantes cantos de quem celebra uma parusia. Mesmo assim, no texto, em meio a diálogos, há algumas ironias, Índia! Índia! "De onde sopra tanta esperança?"

Devo falar aqui do Fórum Social Mundial reunido este ano em Mumbai, na Índia, e de minha participação nesse grande encontro na qualidade de ogã (sacerdote afro-brasileiro do culto do candomblé), membro de Koinonia. Vou começar meu breve comentário tornando manifesto que adoto um ponto de vista excêntrico.

É que me parece mais adequado.

Sei que o Fórum é uma grande concentração onde se procura tomar consciência da situação presente do mundo e repará-la de algum modo. Mas este projeto polemiza com o de um núcleo hegemônico — formado pelos países "centrais", que dominam o sistema global — e se realiza sempre na sua periferia, onde nasceu; logo, envolve também um exercício de descentramento.

O melhor deste esforço sempre se afigura inconclusivo, ainda que muito produtivo.

Várias razões me compeliram ao viés excêntrico. Creio que, em parte, ele é sugerido pela própria estrutura do encontro. Já de saída, a concentração inabarcável dispersa a gente: são muitas sessões que atraem o interesse, mas ocorrem simultâneas; muitas coisas que se gostaria de ver, e que é preciso deixar de lado, por conta de uma escolha freqüentemente insegura, porém ineludível. Não raro (falo por mim), a decisão fica entregue ao acaso.

Que tem pernas bonitas, mas cabeça leve.

E há mais... Devo confessar: por vezes, a concentração exigida pelos

propósitos do Fórum tornou-se-me baiana e indianamente difícil.

Já explico...

Reporto-me ao fantástico espetáculo da abertura. Ainda tenho nos olhos a rica variedade humana, o espantoso mosaico étnico, a grande feira cultural serpenteante, o esplendor de cores, trajes, tipos e jeitos de gente a transbordar na alegre babel que se agitava com esplêndida riqueza de música e dança: belos batuques, gingas diversas, coreografias admiráveis com que o povo da terra nos brindava, reforçado por vizinhos e não-vizinhos de inúmeros lugares. O cortejo não acabava, não queria acabar. Ocupou toda a avenida interna do Goregon, de onde a gente devia escorrer para os recintos destinados aos debates, conferências, painéis, *workshops* etc. O vário povaréu se entregou ali, no espaço aberto, ao movimento cantante, prazenteiro, dançarino. E ficou entretido nisso, por um tempo mais que considerável. Foi meu amigo Atílio, colega 'koinoneu', quem me chamou a atenção para um casal de jovens (europeus, pelo jeito) — moços generosos, sérios, responsáveis — que do alto de uma plataforma gritava inutilmente para a multidão:

— *Lets work now!*

Não sei quantos gatos pingados se comoveram com este apelo. Eu me comovi, mas não me movi dali: quero dizer, na direção desejada pelo casal. Fiquei na festa. Em que vai concentrar-se um pobre baiano no meio de tanta gente escura, amável, bonita, que dança e batuca sem parar?

Aflito, o telepata, observou que seria interessante um Fórum desses em Salvador. Eu concordei. Mas não sei por quê, veio logo à minha mente a estranha imagem de um bando de jovens europeus sérios, generosos e roucos.

Durante todo o tempo do Fórum, tive de lutar com o apelo do espetáculo aberto, e principalmente com o chamado das danças esplêndidas: todo o dia tinha um movimento parecido com o inicial... E o contacto com a multidão me fascinava. Senti-me, ali no Goregon e na cidade de Mumbai, muito próximo de meu povo, de minha terra. Percebia, claro, as diferenças gritantes. São inúmeras! Porém a espantosa combinação de miséria e riqueza, a delirante pujança, mais o tremendo cabedal de problemas (e trunfos) que os indianos faziam desfilar nos seus discursos, tinham muito de familiar a olhos e ouvidos brasileiros. (Sem dúvida, contribuiu para minha impressão de 'estar em casa' em meio a tanta coisa estranha o fato de que, de vez em quando, as pessoas desse mundaréu me abordavam em hindi, ou maharash, ou sei lá que línguas, deixando-me, a um tempo, espantado e gratificado: ainda que só na aparência, gostei de ser índio da Índia, além de crioulo daqui.) Também me impressionou a forte presença do sagrado, múltiplo, vívido, contraditório, que surge de todo o canto no mundo indiano e desafia a gente com inúmeras faces misteriosas. Assim, uma paradoxal mistura de identificação e estranheza ajudou a configurar a perspectiva excêntrica em que vivenciei minha experiência do Fórum.

Em face de tudo isso, me pergunto (pois ainda me intriga): onde se sustentava a inegável alegria que a todos nos contagiava, que se via brilhando de um modo especial em gente esquálida, e se sobrepunha à angústia em nossos corações? Que poderoso alimento a mantinha viva? Onde tiramos a coragem que sorria em nossos olhos? O que inspirava a beleza e o entusiasmo de um encontro onde cruamente se expunha a miséria, a degradação, a injustiça devastadora de nosso mundo? De onde sopra tanta esperança?

A situação ajudava... Embora se passasse no centro de Mumbai, o Fórum parecia dar-se à margem da vida da cidade, do país. Todos os dias eu me achava, pois, no meio do mundo e na beira dele, num ponto isolado da imensa metrópole, que até certo ponto nos ignorou. O FSM, parece-me, repercutiu pouco na grande imprensa... Creio que a mídia (local e global) deu-lhe pouca atenção, desta vez. Mas claro está que o efeito imediato não dá a medida verdadeira das repercussões do acontecimento. O Fórum, segundo penso e espero, está agora mesmo agindo e agitando, mexendo na máquina do mundo com seu belo vendaval de questionamentos.

O acerto de sua realização na Índia ficou logo manifesto. Não apenas pelo vulto inédito da presença de asiáticos e africanos, mas também pela profundidade com que o desafio indiano penetrou na consciência de muita gente (na minha, posso dizer que o seu impacto perdura, ainda me fere e fascina); por certo foi uma imensa provocação a quantos se envolveram na magnífica aventura mundial iniciada em Porto Alegre.

Só uma coisa bastaria para justificar todo o esforço que se fez para produzir este FSM em Bombaim: ainda agora eu me emociono ao recordar a entrada dos *dalits* no grande parque onde o encontro aconteceu. Tomar conhecimento direto do terrível drama dos intocáveis, da situação tragicamente surrealista dos *dalits* e *adivasi* (nativos indianos), do horror do sistema de castas, da luta incansável daquela imensidão de gente para romper a barreira de uma trágica invisibilidade, foi doloroso e decisivo, um choque elétrico na consciência.

Uma simples olhadela ao programa do Fórum já dá idéia do imenso campo problemático que se tentou cobrir. Na hora de consultá-lo, nos dias que lá passei, eu me sentia sempre um tanto alucinado e quixotesco. Abria diante dos olhos um tremendo leque de aflições. Envolver-se com a discussão de tanta coisa é loucura. Há que selecionar as desgraças com que a gente vai lidar, não é? Eu me sentia um pouco como os companheiros de hospício do poeta Nerval, em uma novela sua. Só que as nossas constelações eram de problemas. Selecionei o quanto pude... Mas não dá para seguir

o rumo preciso das preocupações escolhidas, ater-se a um tema.

Como não ouvir a gritaria do pessoal que fala do tráfico de crianças, ou da exploração de mulheres, o barulho dos escravizados, os gemidos dos aidéticos, a gritaria dos jovens que não querem ser tangidos para a guerra, ou dos que ela encheu de desespero? Como ignorar o discurso lancinante dos trabalhadores explorados, mutilados, desrespeitados? Como tapar os olhos e os ouvidos diante das evidências da destruição progressiva de inúmeros ecossistemas, da ubíqua e galopante contaminação de ares e águas, da poluição crescente, sistemática, da degradação do belo planeta, da corrupção que avança nas fontes da vida? Quem conseguirá passar incólume diante dos textos e falas que acusam o sinistro desenvolvimento do tráfico de armas, os horrores da indústria da guerra e o pavoroso mercado da violência, ou denunciavam o crescimento da desigualdade, a imoralidade das políticas globais, o progresso da fome? Quem não ficaria curioso e escandalizado com a discussão do sistema de castas? A todo instante nos entregavam impressos com denúncias, apelos, convites a debates imperdíveis; cartazes gritavam desafios e apontavam crises. De todos os lados vinha o múltiplo clamor por justiça, liberdade, respeito. Perdi a conta dos abaixo-assinados que subscrevi e das causas que apoiei. Em um galpão exibiam filmes, de que mal suportei assistir alguns trechos, mostrando, por exemplo, os corpos deformados com as seqüelas da guerra química no Vietnã. Fotos terríveis, relatos brutais,



denunciavam um pandemônio de violências na esteira de grandes esbulhos, por esse mundão afora.

Em face de tudo isso, me pergunto (pois ainda me intriga): onde se sustentava a inegável alegria que a todos nos contagiava, que se via brilhando de um modo especial em gente esquelética, e se sobrepunha à angústia em nossos corações? Que poderoso alimento a mantinha viva? Onde tiramos a coragem que sorria em nossos olhos? O que

Prefiro o carnaval do FSM à dança macabra cujos protagonistas já não se podem reunir, em Davos ou em qualquer parte, sem enormes barreiras de proteção, em esconderijos fechados por um grosso aparato de segurança, verdadeira máquina de guerra a livrá-los com dificuldade dos protestos de uma indignação popular cada vez maior e mais justificada.

inspirava a beleza e o entusiasmo de um encontro onde cruamente se expunha a miséria, a degradação, a injustiça devastadora de nosso mundo? De onde sopra tanta esperança?

Sou um homem religioso. A essa pergunta só posso responder com uma ação de graças. E de propósito começo este artigo evocando o que tem sido motivo de sarcasmo para críticos frios, 'pragmáticos', 'realistas', do Fórum Social Mundial. Ele tem, sim, um lado carnavalesco. Passeatas, gritaria infantil de palavras de ordem, manifestações bizarras... (de gente, é preciso dizer, que tem muito pouca ocasião de mostrar o que a aflige, conseguindo atenção e simpatia). Mesmo nos painéis, conferências, mesas-redondas, acontecia, às vezes, mais comércio que análise. Porém havia, sim, em muitos desses espaços do conclave, discussão séria, exposição de problemas relevantes, teses propositivas, explicações lúcidas. Havia, sobretudo, o desnudamento da irracionalidade medonha da política 'realista' e destruidora da ganância internacional, dos maestros do neoliberalismo e da globalização assimétrica. Prefiro o carnaval do FSM à dança macabra cujos

protagonistas já não se podem reunir, em Davos ou em qualquer parte, sem enormes barreiras de proteção, em esconderijos fechados por um grosso aparato de segurança, verdadeira máquina de guerra a livrá-los com dificuldade dos protestos de uma indignação popular cada vez maior e mais justificada.

Busquei focalizar minha atenção, no interior das discussões do Fórum, nas questões pertinentes às diversidades culturais, religiosas, étnicas etc. Muitos painéis e grupos de trabalho lidaram de modos variados com esta problemática (inseparável, de resto, da discussão geral sobre as desigualdades econômicas e políticas que afetam o globo); mas ela apareceu com maior vigor nos debates sobre a situação da Índia, e em *workshops* promovidos por instituições religiosas.

Minha participação mais ativa se deu em um painel patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas, tratando de recursos religiosos para a superação da violência. Aí tiveram lugar pronunciamentos de sacerdotes de diversos credos.

O painel foi muito interessante. Gostei de ouvir os questionamentos que fizeram um ao outro um muçulmano e um hinduísta; lamentei um pouco que o discreto controle da mesa e o apertado do tempo não deixassem esquentar o debate. (Interpelaram-se bem, e as respostas ficaram no vago...).

Também apreciei a fala cordial de uma dupla generosa, quase inverossímil: um sacerdote muçulmano e um rabino empenhados numa ação de paz conjunta; mas, de novo, apreciaria melhor se eles não ficassem tão cheios


Um cristão colombiano falou do quadro sinistro da guerra civil em seu país e da necessidade em que se viram católicos e evangélicos de esquecer velhas pinimbas, quizílias históricas, para unir-se em face do tremendo desafio, dos horrores com que se defrontaram e defrontam. Impressionante! Senti, com esses discursos, que o ecumenismo se tornou necessidade vital para o mundo.

de dedos e fizessem uma exposição concreta, mais clara, das propostas que tentam viabilizar, das diferenças e dos acordos que conseguem estabelecer naquela terrível conjuntura. Da assistência veio um duro questionamento de uma senhora palestina, dirigido especialmente ao rabino, que não chegou a responder; faltou o tempo, eu acho. Ou a turma do deixa-disso exagerou na prevenção. Ah!, que gente educada!

Um cristão colombiano falou do quadro sinistro da guerra civil em seu país e da necessidade em que se viram católicos e evangélicos de esquecer velhas pinimbas, quizílias históricas, para unir-se em face do tremendo desafio, dos horrores com que se defrontaram e defrontam. Impressionante! Senti, com esses discursos, que o ecumenismo se tornou necessidade vital para o mundo.

Por meu lado, eu gostaria de ter falado mais. Tentei explicar um pouco o que são as religiões afro-brasileiras, em especial o candomblé, que caracterizei como um culto místico, en-

tusiástico, que desenvolveu novos meios religiosos de libertação numa acidentada história de resistência ao escravismo. Sublinhei a vocação ecumênica de minha religião, que nunca se afirmou – nem se pretende – a única verdadeira; jamais se apresentou – e jamais se apresentará – como dona de Deus. Falei de nosso amor ao colírio múltiplo do mundo, e disse que do nosso ponto de vista a diversidade religiosa não é um embaraço a ser removido, um problema, um mal: é antes um bem, um tesouro, uma riqueza que os homens e mulheres, pelo jeito, ainda não sabem suficientemente desfrutar, neste mundo de nossa lavra, mas a cuja fruição todos podem capacitar-se. Ainda disse que uma das maiores contribuições das religiões afro-brasileiras a meu país é essa lição de paz, de aceitação das diferenças; queria deixar claro que justamente por isso os ataques desfechados contra o povo-de-santo, ultimamente, na nova onda de racismo e intolerância religiosa patrocinada por empresas eclesiais pseudo-evangélicas representa uma séria ameaça à vida e à paz dos brasileiros.

Não pude estender-me neste ponto... Meu tempo foi muito curto. Mas pelo menos falei de nossa intenção (do povo-de-santo) de participar de diálogos inter-religiosos cada vez mais amplos. Acredito que o Fórum Social Mundial abriu uma via nova, um oportuno caminho para isso. Agradei ao Conselho Mundial de Igrejas a boa chance. Valeu! Há muita graça nas trilhas excêntricas. 

Ordep Serra, doutor em antropologia e colaborador de KOINONIA.

O primeiro FSM no Oriente

Gabriele Cipriani

Fui a Mumbai para participar do FSM por conta do CMI e representando o Conic. Cheguei carregando a curiosidade de ver pela primeira vez a Índia, conhecida somente através de descrições e imagens. Vi a Índia do desenvolvimento tecnológico e neo-liberal, mas feriu-me o coração a Índia da miséria e da fome, a Índia dos *dalits* e dos *adivasis* e não apenas deles, mas dos 700 milhões de excluídos de um bilhão e mais, que têm condições de vida digna. Momentos dramáticos dessa pobreza permanecerão inesquecíveis, juntamente com a elegância e majestade, que, levantando-se da poeira e dos barracos enfileirados na beira das estradas, desenhavam o perfil da dignidade e da nobreza de um povo que conserva para a humanidade uma sabedoria milenar.

O Fórum de Mumbai foi o primeiro fórum realizado fora do Brasil e não pode ser comparado com os fóruns anteriores. Ouvi pessoas dizerem: "Em Porto Alegre havia isso ou aquilo, em Porto Alegre saímos pelas ruas e pelas praças etc.". O Fórum de Mumbai teve a marca da Índia e do Oriente. Nós, ocidentais, estamos acostumados aos discursos, às conferências, aos debates. Os orientais seguem os pensamentos, pensamentos profundos, resultados de longas meditações. O Fórum da Índia teve conferências, mas teve especialmente mensagens humanas,

slogans, cantos, expressões culturais das mais variadas.

No contexto da globalização do mercado, o fórum vai globalizando uma visão de mundo, submentendo à crítica severa as políticas de globalização neoliberal, permitindo a circulação de idéias e a articulação de projetos, iniciativas, ações que visam a construção de um novo mundo de dignidade, justiça e paz.

Em Mumbai, o Fórum não saiu pela cidade, não teve o apoio da imprensa nem a atenção dos políticos, empenhados na campanha eleitoral. Mas o impacto local foi excepcional. Reuniu pois, no espaço que lhe foi concedido, numerosíssimas representações de grupos de toda a Índia, de Caxemira a Goa e às demais regiões do Sul que, como no Brasil, lutam contra a privatização da água. Este impacto local, parece-me refletir a identidade do FSM de 2004 e parece-me conter o futuro dos FSMs. A volta a Porto Alegre pode ser um momento importante de reflexão, mas nos próximos anos os organizadores deverão cuidar das possibilidades de impacto local dos FSMs em outros continentes e países.

Fica também um questionamento relativo à eficácia política dos fóruns. Como desencadear processos efetivos de práticas políticas e evitar que os fóruns virem eventos? Esta é uma preo-



cupação constante das entidades organizadoras, mas é também um risco que está sempre às portas.

Ao finalizar esta breve memória, quero ressaltar a importância da iniciativa tomada pelo Conselho Mundial de Igrejas que, no espaço criado pelo FSM, garantiu a presença das temáticas religiosas e ecumênicas.

Gabriele Cipriani, secretário para os programas do Conic.

Uma certa Boa-Nova...

Saiu o semeador a semear. As sementes pareciam iguais embora se diferenciasssem um pouco pelo tamanho, a tonalidade e alguns pequenos detalhes externos. Com mão firme tomava os punhados de semente e ia colocando-as nas covas já abertas. Fazia-o com tal destreza que se pensaria que suas mãos haviam feito apenas isso toda a vida. Algumas sementes, entretanto, escapavam dos dedos do semeador e caíam à beira do caminho. Não se sabe bem por qual acaso iam se depositando aqui e acolá expostas ao sol e ao vento. O semeador mal se dava conta disto concentrado no seu árduo e belo trabalho.

Vieram pássaros e comeram algumas sementes e com suas patinhas enterraram outras. De seus bicos e em pleno vôo se espalharam outras por outros caminhos. Formigas e outros insetos fizeram um trabalho semelhante. As sementes à beira do caminho ou em meio a pedras e abrolhos, apesar de um certo abandono, começaram a crescer ao mesmo tempo que as plantadas cuidadosamente pelo semeador. Sua debilidade aparente era perceptível a olho nu. Qualquer observador poderia se perguntar se teriam futuro sobretudo porque seu presente parecia tão incerto.

Diante delas inevitáveis perguntas sempre apareciam. Temos todos a arte de fazer perguntas para as quais não há respostas convincentes!

Por que algumas sementes ficaram à beira do caminho ou brotaram em meio a caminhos pedregosos e outras em covas limpas, pré-preparadas e alinhadas? Por que algumas foram cuidadas, regadas, olhadas com esperança? E por que outras brotaram à beira do caminho ou em meio às pedras esperando que o cuidado viesse dos pequenos insetos, das aves, do sol e não do semeador?

Estavam ali crescendo dificilmente e sendo apenas a esperança breve de pássaros e de pequenos

insetos. No entanto elas estavam ali, vivas, juntas ou separadas, marcando presença, chamando a atenção dos que têm olhos para observá-las. Elas estavam ali, verdes, vivas e tentando a seu modo proteger a vida que as habitava. Tinham vida, essa complexa e espantosa energia que se mantém hoje e se anuncia para amanhã. Elas estavam simplesmente vivas...

Alguns passantes queriam arrancá-las, pois o trator não iria alcançá-las para a poda. Outros diziam que era melhor deixá-las como forma de proteção da lavoura metodicamente plantada. Outros ainda, concentrados nos próprios afazeres ignoravam sua existência.

Elas coexistiam à margem, junto à lavoura verde. Esta adubada e abundante, sinalizava a fartura e a opulência dos proprietários. Já permitia até ouvir o tilintar das moedas de ouro ou das 'notas verdes' acumuladas nos templos financeiros. Já prometia prazeres e vida boa.

Entretanto, apesar das diferenças, todas as sementes eram originariamente do mesmo saco. Lá estiveram juntas no escuro da gestação da vida. Depois, foram jogadas pelo mesmo semeador embora tivessem tido destinos diferentes. E, por mais explicações que possamos encontrar para sua história diferente, as explicações não nos convencem. Nossas perguntas ficam sem respostas. Nossos "porquês" ficam em aberto...

E mais, nossas frágeis respostas não resistem aos golpes violentos que a vida dá e ao sofrimento inocente que ela produz.

Em toda semeadura há os que são jogados e nascem no caminho do cuidado institucional e outros que nascem à margem e parecem sobreviver pela força teimosa da vida. É como se a vida fizesse este jogo como algo inerente à contradição de forças que a faz existir. Mas, esta é mais

uma reflexão que deixa em aberto nossas perguntas; é mais uma tentativa de compreender a complexidade da vida, um ensaio de compreensão que satisfaz e ao mesmo tempo não satisfaz.

A parábola acima narrada, parábola inspirada de outras tantas, faz pensar nas diversas formas de organização humana assim como nas diversas formas de exclusão e participação social dos pobres. A partir dela me vem à memória aquele dito tão recordado e tão refutado pelos sonhadores da justiça de que "pobres sempre tereis convosco". Quisemos por um tempo negar esta velha sabedoria. Quisemos explicá-la de diferentes maneiras como se de fato acreditássemos que seríamos capazes da verdadeira justiça e da verdadeira igualdade. Quisemos dizer que por intermédio de nossa organização não haveria mais pobres no meio de nós. Os pobres para nós eram frutos de pura circunstância. A injustiça era devida apenas às más ações que praticamos e estas poderiam ser extirpadas se fôssemos capazes de romper com as formas de exploração em vigor.

Gritamos por justiça acreditando que só a revolução ou melhor, a revolução armada, devolveria a dignidade aos pobres.

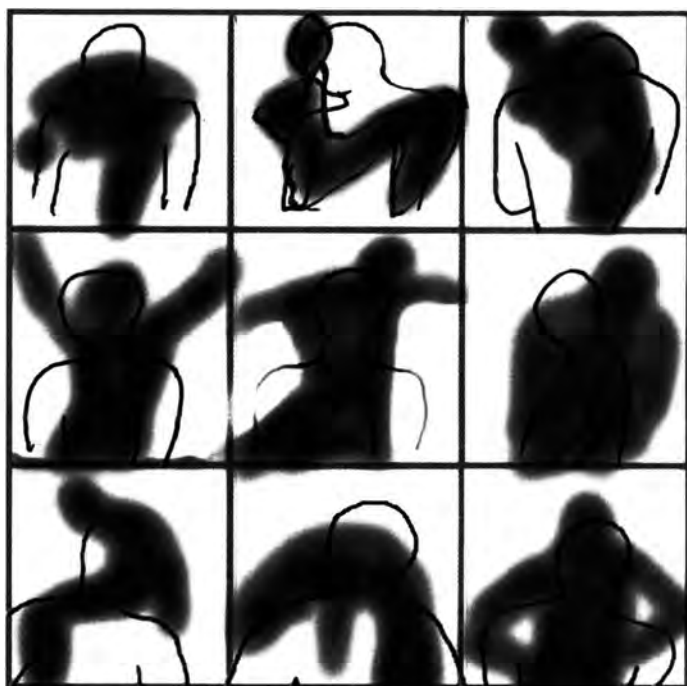
Acreditamos que derrubando os poderosos de seus tronos, outros não se levantariam como novos poderosos e com novos poderes.

Apostamos que os humildes libertados não se transformariam, com o tempo, em novos algozes.

Apostamos que os ricos convertidos não voltariam mais às suas ações nefastas.

Tivemos fé na fé dos humildes e na transformação dos corações de pedra em corações de carne como se o processo fosse simples e seguisse um único método e um único caminho.

Ferimos e matamos em nome da justiça e levantamos muros para nos proteger uns dos outros. Produzimos e vendemos armas de guerra convencidos de que eliminar os 'opressores do povo' poderia ser a grande saída.



Identificamos o opressor! Aí está ele! É preciso apenas transformá-lo, reeducá-lo segundo a verdadeira moral e os verdadeiros costumes. A transformação está à porta, o mundo novo se anuncia e, alguns já conseguiram até ouvir as trombetas anunciando o final de toda opressão.

Que ilusão a nossa!

Como se não conhecêssemos o pó de que somos feitos! Como se não nos lembrássemos da mistura que somos, da desproporção que nos habita! Como se tivéssemos esquecido que ao longo da história humana sempre criamos inclusões e exclusões, sempre estivemos em vias injustas e caminhos tortuosos! Como se os que se consideram justos acreditassem ser capazes de descobrir caminhos originais que pudessem converter o coração de milhares e assim fossem capazes de instaurar relações humanas mais justas!

Que ilusão a nossa!

Não há mágicas para mudar o que somos. Nem a pureza das belas idéias, nem as teorias pré-fabricadas, nem a Bíblia e o Alcorão, nem os orixás e os encantados... Ninguém poderá do alto vir em nosso auxílio e num passe de varinha de condão transformar a nossa realidade humana.

Somos seres de caminho e o caminho do bem e da justiça exige aprendizado cotidiano, aprendizado pessoal e coletivo sempre renovado.

Caminheiros, não há caminho, se faz caminho caminhando. (Antônio Machado)

Os pobres se organizam e lutam a partir de meios pobres. Mudam o panorama das relações humanas. Alguns pobres tornam-se ricos. Transplantam-se da lavoura ou do campo, do campo para a cidade, de uma cidade para outra, de um país para outro. Mobilidade crescente, incessante...

Com esforço chegam ao estado de riqueza... E a geração seguinte, herdeira da riqueza, mal se lembra da pobreza em que viviam os parentes próximos, os pais, os avós. O passado, às vezes, quer ser esquecido. A pobreza dos outros, de seus próximos, é quase vergonhosa. Não deve entrar em demasia nas narrações da história a não ser rapidamente para marcar o esforço de passagem de campo ou de classe social. O rico quer estabilidade na riqueza e forja para si uma história de riqueza.

Os ex-pobres agora ricos continuam a mesma lógica de exclusão de outrora para manter as diferenças e as distâncias sociais. As exceções existem, mas são raras e bem-vindas. Os que permanecem com os olhos fixos na dor alheia dificilmente são os vencedores nos campos da abundância material. Salvar nossa pele e nossos interesses parece sempre falar mais alto.

Somos o centro do mundo, de nosso mundo sem dúvida, mas não percebemos o direito de outros centros. Somos o centro de nossas crenças, de nossas idéias, de nossas utopias. Mas, poucas vezes nos lembramos de que outras pessoas são igualmente centros. A cada momento é preciso nos lembrarmos que não somos ilhas isoladas e auto-suficientes. Mas, a memória é falha nesta lembrança e ela mesma é lembrança incômoda.

Os pobres esquecem-se dos pobres. Os ricos esquecem-se de que foram pobres. Os pobres temem os pobres. Os ricos temem os pobres. Os pobres temem os ricos. Os ricos temem os ricos.

Temor e esquecimento.

Contradição! Ambigüidade! Grandeza e miséria nos habitaram ontem, hoje e sempre. Viemos todas do mesmo escuro saco do semeador...

Haveria alguma possibilidade de sair desta contradição viciosa? Haveria alguma luz que pudesse mostrar-nos de novo o caminho a seguir?

Caminheiros não há caminhos, se faz caminho caminhando.

E nesse caminho, talvez bastasse apenas a inspiração que animou séculos de busca de mulheres e homens de boa vontade:

*romper os grilhões da iniquidade,
soltar as ataduras do jugo,
pôr em liberdade os oprimidos,
despedaçar todo jugo,
repartir o pão com o faminto, recolher em casa
os desabrigados,
vestir os que estão nus. (Isaias 58,6-7)*

Será esta a saída que buscamos? Será este o caminho? Esta a solução?

E o velho profeta num arroubo de grande inspiração poética termina sua proposta anunciando, com certeza quase indubitável, a vinda da felicidade no meio de nós. Ela será nosso prêmio, nossa realização humana, nosso triunfo após o caminho trilhado.

*Se fizeres isto, a tua luz romperá como a aurora,
a cura de tuas feridas se operará rapidamente,
a tua justiça irá à tua frente
e a glória de Deus irá à tua retaguarda.
(Isaias 58,8)*

Parece tão simples, parece cristalino...

Mas, velho profeta: Como fazer isso? Como fazer desta beleza sonhada carne de nossa carne? Esta é a questão...

E vem então, de novo, e de forma insistente, como um eco que persegue qualquer palavra de esperança, a frase lapidar de Antônio Machado:

Caminheiros, não há caminho, se faz o caminho caminhando.



A Política Econômica do Governo Lula

na Perspectiva Empresarial

Ignacio Godinho

O artigo sintetiza a comunicação "os empresários e o governo Lula" apresentado no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em outubro de 2003 na cidade de Caxambu, e busca "identificar expectativas de três das principais entidades dos empresários industriais brasileiros em relação ao governo Lula em seus primeiros meses".

APRESENTAÇÃO

Foram investigadas publicações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) entre meados de 2002 e agosto de 2003. Buscamos apontar, inicialmente, as percepções sobre o desempenho do governo, considerando o posicionamento dos empresários em relação à proposta de reforma tributária, ao horizonte previsto para a política industrial e à condução da política monetária e cambial. Em seguida, são discutidos, por um lado, o impacto do padrão vigente de articulação de interesses do empresário brasileiro na orquestração de sua ação coletiva, e, por outro lado, as dificuldades que a permanência desse padrão pode trazer para a sustentação empresarial do governo, buscada por Lula durante a campanha eleitoral e reiterada como um objetivo a ser alcançado por diversas vezes durante os primeiros meses de governo.

OS EMPRESÁRIOS E O GOVERNO LULA

Parte expressiva da expectativa positiva dos empresários em relação ao governo Lula em seu início está associada ao curso do processo de deliberação das *reformas estruturais*, especialmente a reforma tributária que apa-

rece, desde os anos 1990, como a mais importante no *ranking* das preferências empresariais. As diferentes formulações da FIESP e CNI enfatizavam a necessidade de se substituir os tributos incidentes sobre a produção por outros que alcançassem a renda, a propriedade e o consumo, tidos como mais adequados à nova forma de inserção da economia brasileira no mercado mundial, com o processo de abertura da economia. Ao lado desta proposição geral, apareciam como decisivas para os empresários a eliminação da cumulatividade dos tributos e ampliação da base tributária (DELGADO, 2000). Em diversos aspectos a proposta do governo Lula atendia às demandas das entidades empresariais. Assim era com a uniformização das regras do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a redução da parcela da contribuição social efetuada sobre a folha de pagamentos das empresas e a desoneração tributária das exportações. Entretanto, o temor de que pudesse favorecer o aumento da carga tributária leva a FIESP e a CNI a se oporem ao projeto. O centro da crítica das entidades era, não obstante o apoio à uniformização do ICMS, que esta viesse a ser feita com alíquotas elevadas, dado o poder atribuído ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Além disto, tanto a FIESP quanto a

CNI entendiam que a eliminação da cumulatividade era apenas parcial no projeto, por não alcançar todos os setores de atividade. A conversão da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de créditos de Natureza Financeira (CPMF), um tributo de caráter cumulativo, em tributo permanente, por seu turno, era admitida apenas se passível de compensação no pagamento de outros impostos federais. A própria referência ao faturamento das empresas para substituição do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamentos era vista com reservas, dado o receio de que pudesse ampliar a carga das empresas *capital intensive*. Do mesmo modo, as entidades se opunham à progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR), do Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIBI) e do Imposto de Transmissão de *Causa Mortis* (ITCM). Por fim, propunham que fosse fixado um teto de 35% do PIB como limite máximo para a carga tributária.

Eradicado do debate econômico da era Fernando Henrique Cardoso, o tema da política industrial aparece com destaque nas publicações e pronunciamentos empresariais ao longo e depois do processo sucessório. Para a CNI e a FIESP, a afirmação da necessidade de definição e execução de políticas de apoio à indústria vinha acompanhada de negação dos instrumentos tradicionais de proteção presentes no período desenvolvimentista e da reiteração da importância de se garantir o equilíbrio macroeconômico. Apoio às exportações e à elevação da capacidade de inovação das empresas submetidas à concorrência externa aparecem como dimensão central das ações a serem de-

Se não considerarmos as indefinições e alguns desencontros em outras políticas, o que parece revelar-se como a estratégia fundamental do governo Lula para a economia é a combinação de uma política monetária e cambial ortodoxa – destinada ao controle da inflação e à recuperação da credibilidade externa – com a adoção de políticas ativas de promoção do desenvolvimento,

envolvidas pelo Estado. Esta é, também, a prioridade assinalada pelo IEDI que, entretanto, não se vê compelido a rechaçar o passado protecionista, nem a enfatizar, com a intensidade verificada nos documentos da FIESP e da CNI, a necessidade de preservar a estabilidade macroeconômica.

Em boa medida as perspectivas empresariais são absorvidas pela “agenda de desenvolvimento” proposta pelo governo Lula. Até agosto de 2003, tal agenda estava indicada no documento *Roteiro para Agenda de Desenvolvimento*, subscrito por diversos organismos do governo federal. Nele assinala-se que o crescimento econômico sustentável, passa pela redução dos juros, “na esteira da consolidação da estabilidade econômica”, mas envolve também medidas microeconômicas e reformas institucionais. O aumento do volume do comércio exterior, especialmente “o crescimento das exportações”, a melhoria da infra-estrutura e o aumento da eficiên-

cia da estrutura produtiva, com elevação da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações, são apontados como objetivos prioritários.¹

No que se refere à infra-estrutura, o *Roteiro* enfatiza a importância de modelos regulatórios transparentes e bem definidos, o estabelecimento de regras de parceria entre o setor público e o setor privado, o aumento do investimento público em setores da infra-estrutura, além de ações típicas para a área de transportes, a produção de energia, de gás e de petróleo. As políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior, por seu turno, devem focalizar os setores mais dinâmicos, estreitar a parceria entre o setor público e o privado para a inovação, garantir “maior transparência” na escolha de linhas de pesquisa financiadas pelos fundos setoriais, fortalecer a tecnologia industrial básica, elevar o número de empresas exportadoras, definir um plano estratégico para exportações, reavaliar o sistema de proteção brasileiro, desenvolver e difundir tecnologias em setores nos quais o país dispõe de vantagens comparativas (café, calçados, têxteis, mármore, móveis e máquinas, agronegócios), assegurar a absorção de tecnologias via importação de bens de capitais, buscar a redução das restrições tarifárias e não tarifárias aos produtos brasileiros, coordenar e diversificar, em nível de mercados e produtos, as exportações brasileiras.

A agenda de desenvolvimento proposta pelo governo Lula assinala, ainda, a possibilidade de promoção de setores exportadores estratégicos, o apoio localizado às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento

(P & D) nesses setores e o estímulo a determinados setores da pesquisa básica, como a biotecnologia e a nanotecnologia. Define como critérios para a seleção de políticas a utilização de instrumentos suplementares aos subsídios tradicionais, o mapeamento dos setores ineficientes e dos gargalos existentes, a análise dos custos e bem-estar associados à política e o “potencial de aproveitamento de oportunidades no mercado externo”. Por fim, estabelece como regras para a concessão de apoio governamental a transparência e a fixação de metas e contrapartidas, além de sugerir a criação de um núcleo coordenador das ações de fomento ao aumento da eficiência da estrutura produtiva e ao fortalecimento do setor externo.

Em geral as proposições anunciadas pelo governo são bem recebidas pela CNI e a FIESP. No IEDI, a crítica à condução da política macroeconômica do governo Lula obscurece qualquer juízo relativo à política industrial. Conforme Ivancy Ioschpe, presidente da entidade, “se você não tiver a moeda no lugar certo, nenhuma política funciona.”² Em suas publicações o IEDI destacou o impacto negativo da queda do dólar para o desempenho do setor exportador, sem descurar das críticas à política monetária. A CNI e a FIESP centralizaram suas objeções especialmente nesta última. Câmbio e juros serão, portanto, o principal elemento de tensão nas relações entre o governo Lula e as entidades empresariais.

A crise provocada pelo temor com a vitória de Lula desencadeou a elevação brusca das expectativas de inflação para 2003 e reduziu a confiança dos investidores externos, provocando

O governo Lula adotou uma rígida política fiscal e monetária para controle da inflação e recuperação da credibilidade externa. Num primeiro momento, diante da gravidade da situação externa, a atitude das entidades empresariais foi de aquiescência com a política fiscal.

o aumento da saída de capitais do País e a retração do seu ingresso. Nesse quadro, o governo Lula adotou uma rígida política fiscal e monetária para controle da inflação e recuperação da credibilidade externa. Num primeiro momento, diante da gravidade da situação externa, a atitude das entidades empresariais foi de aquiescência com a política fiscal e de crítica moderada à política monetária. À medida que essa última conduz à redução da atividade econômica acentuam-se as críticas das entidades, alcançando quase a exasperação em julho, quando se somam às objeções à proposta de reforma tributária para evidenciar a possibilidade de erosão da parceria entre o governo e o empresariado.³ Em agosto, iniciado o processo de redução da taxa de juros, atenuam-se as críticas desenvolvidas pela FIESP e a CNI à política monetária. No caso do IEDI, as críticas à política monetária associam-se a objeções severas à política cambial. A redução do valor do dólar em relação às cotações do final de 2002 é vista como lesiva à continuidade do esforço exportador do País, exigindo, conforme o IEDI, a intervenção do Banco Central de modo a fixá-lo acima de R\$ 3,00.

ESTADO E EMPRESARIADO: O PESO DAS ESCOLHAS PASSADAS

O posicionamento da CNI e da FIESP sobre a reforma tributária revela uma mudança expressiva no eixo articulador da perspectiva empresarial sobre a questão, ao longo dos anos 1990. Nos pronunciamentos mais relevantes durante a década passada, destacava-se a necessidade de eliminar a cumulatividade dos impostos e de reduzir a tributação indireta – exceto aquela, não cumulativa, que alcançasse exclusivamente o consumo –, de modo a tornar a produção nacional mais competitiva, seja no mercado exterior, seja diante da acentuação da concorrência dos importados, com a abertura da economia. O aumento da tributação sobre a renda e a propriedade, de um modo geral, sempre foi formalmente admitido (DELGADO, 2001). A elevação da carga tributária ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso despertou a atenção das entidades empresariais sobre esta questão, associando-as às críticas de órgãos de imprensa e a forças políticas como o Partido da Frente Liberal (PFL), que buscam suscitar algum tipo de rebeldia dos contribuintes. Não é possível avaliar precisamente a possibilidade de êxito desse discurso, mas é pouco provável que venha a acrescentar um ator novo àqueles tradicionalmente envolvidos no debate em tela. O peso da tributação indireta no Brasil e a ausência de transparência em sua publicização tornam difusos e pouco visíveis os custos de sua incidência. Por seu turno, como o texto da reforma proposta não altera a tributação sobre a renda dos assalariados de classe média, é pouco contundente para despertar esse segmento para uma possível rebelião dos

contribuintes. Assim, os empresários tendem a ficar com aliados exclusivamente vinculados às forças mais retrógradas do universo social e político, sem envolver, entretanto, um grupo decisivo nesta questão, que são os governadores. Como, por exemplo, despertar a ira dos contribuintes para um aumento do ITR, do ITIBI e do ITCM? É provável que uma atuação dirigida para o aperfeiçoamento dos dispositivos da reforma que desoneram a produção, associados a indicações sobre a natureza dos gastos estatais, sem a ênfase que foi conferida ao tema da elevação da carga tributária, pudessem tornar mais efetiva a ação das entidades empresariais.

As sugestões da CNI e da FIESP em relação às medidas que deveriam ser contempladas na condução da política industrial pelo governo Lula revelam uma alteração expressiva em relação ao posicionamento empresarial sobre o tema, em dois momentos significativos. A CNI e a FIESP buscam demarcar de forma importante a ruptura com o passado protecionista, mas acentuam a crítica à condução neoliberal dos anos 1990, ainda que a primeira seja especialmente enfática na defesa da necessidade de preservação da estabilidade macroeconômica. O destaque conferido às exportações e à inovação tecnológica também representa um acento novo, embora enunciado em termos vagos e seja difícil aquilatar em que medida possa se transmitir do pronunciamento das entidades para a prática das empresas. Há indícios de uma forte confluência entre a perspectiva destas entidades e as proposições do governo, especialmente quando se considera a FIESP, que assinala com destaque seu papel de in-

O governo Lula sinalizou para a construção de um pacto social com vistas a assegurar a retomada do desenvolvimento econômico com redução das desigualdades sociais. Sem a colaboração do empresariado e dos trabalhadores a expectativa de tal pacto é vã.

terlocutora com o governo, além de contar com um empresário ligado à entidade na direção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O IEDI distingue-se por não rechaçar a utilização de instrumentos mais efetivos de proteção à indústria de capital nacional. Os pronunciamentos de seu atual presidente – não obstante seus vínculos com a candidatura de José Serra – parecem indicar uma frustração rápida com o governo, por conta da política cambial e monetária. Esse parece ser, por seu turno, o nó górdio a ser desfeito pelo governo Lula, se pretende assegurar uma sólida base de sustentação empresarial para seu governo.

Se não considerarmos as indefinições e alguns desencontros em outras políticas, o que parece revelar-se como a estratégia fundamental do governo Lula para a economia é a combinação de uma política monetária e cambial ortodoxa – destinada ao controle da inflação e à recuperação da credibilidade externa –, com a adoção de políticas ativas de promoção do desenvolvimento, seja quando se considera a política externa, seja nas sinalizações das políticas de apoio às atividades produtivas, no caso em tela a política in-

dustrial. As duas políticas podem, entretanto, operar de forma contraditória e, em situações como a vivida nos últimos meses, a rigidez da política monetária pode obscurecer as iniciativas das políticas de desenvolvimento. Na ausência de uma forte articulação entre o Estado e o setor produtivo, qualquer dificuldade pode favorecer a erosão do apoio deste último. Como assinalado freqüentemente pela literatura, organizações abrangentes favorecem tal articulação, reforçando o caráter circunscrito da autonomia do Estado e favorecendo a manutenção da lealdade dos empresários (SCHNEIDER, 1997; EVANS, 1993). Não obstante as iniciativas tomadas pela CNI, ela parece distante de aproximar-se do que seria o padrão efetivo de uma organização abrangente.⁴ Para a FIESP, independente de representar o parque industrial mais vigoroso do País, esse papel é obliterado pelo próprio limite definido pela circunscrição estadual de sua base. O IEDI, por seu turno, agrupa as maiores empresas brasileiras de capital nacional, dispondo de uma orientação programática mais clara. Entretanto, tem pouca articulação com segmentos amplos do empresariado, mantendo-se como um grupo de pressão importante, mas incapaz de representar a perspectiva do conjunto da indústria numa articulação com o governo.

A ação do governo Lula, por seu turno, não se revelou ainda capaz de favorecer uma reversão desse quadro. Com a CNI, a articulação mais destacada é a dirigida ao combate ao analfabetismo, importante mas incapaz de firmar laços de solidariedade sólidos. A FIESP tem sido *prestigiada* com a presença de representantes do governo em

seus eventos e a distinção tácita de *interlocutora*. Não foram constituídos, entretanto, fóruns que entrelacem mais efetivamente o governo e a entidade. No IEDI, por sua vez, não há indicações de que a entidade se perceba como parte integrante da formulação e definição das políticas de desenvolvimento. Os dois principais fóruns de articulação visualizados no discurso das entidades empresariais são o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e os Fóruns de Competitividade. O primeiro é amplo demais para assegurar consistência à elaboração da política industrial do governo, ao passo que os segundos são restritos e ainda de difícil avaliação quanto à sua efetividade. Por fim, se considerarmos que as parcerias público-privadas, uma das principais medidas de política industrial do governo, foram anunciadas a um grupo restrito de empresários, é difícil perceber como a ação do Estado, neste momento, pode favorecer ganhos de abrangência e representatividade para as entidades da indústria, na construção de canais de articulação que acentuem a efetividade das políticas e reduzam o risco de deserção empresarial. Se isso parece acentuado diante de medidas ortodoxas de estabilização macroeconômica, nada sugere que será menor quando iniciativas de caráter redistributivo venham a ser anunciadas.

O governo Lula sinalizou para a construção de um pacto social com vistas a assegurar a retomada do desenvolvimento econômico com redução das desigualdades sociais. Sem a colaboração do empresariado e dos trabalhadores a expectativa de tal pacto é vã. Sua viabilidade dependerá do acerto na definição dos canais insti-

tucionais para articulação desta colaboração e de ações indutoras que favoreçam maior abrangência e representatividade às entidades que hoje expressam os interesses dos atores relevantes.

¹ Os organismos que subscrevem o documento em tela são o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Casa Civil; a Secretaria Geral da Presidência; a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

² IEDI, *Carta IEDI*, N. 61, 07/07 2003.

³ Em 25 de julho, realiza-se uma *Marcha a Brasília*, para pressionar o Congresso contra a proposta de Reforma Tributária. Organizada pela *Ação Empresarial*, ela reúne a CNI, CNA, CNC, CNF e CACB que lançam o documento *Reforma Tributária Sim – Aumento da Carga Tributária Não*.

⁴ A CNI, que já vem buscando modernizar sua estrutura dotando-a de condições para acompanhar o processo legislativo, em abril de 2003 anuncia a criação do *Fórum Nacional da Indústria*, integrando à organização, em caráter consultivo, as entidades paralelas da indústria. Ver PARAGUASSU, F. & CHAVES FILHO, E. "CNI cria o Fórum Nacional da Indústria" in CNI, *Indústria Brasileira*, 26, 04/2003. Nada parece, entretanto, impedir a fragmentação contínua da representação empresarial, seja para defesa de interesses setoriais, seja para o alardeamento de certos temas – como a Sociedade Brasileira Pró-Inovação (PROTEC), dirigida por Roberto Nicolski, orientada para a defesa de ações mais efetivas de apoio à inovação nas empresas –, seja, ainda, para a execução de papéis políticos diferenciados, como parece ser o sentido da articulação *Ação Empresarial*, uma espécie de tropa de choque dos empresários na defesa de seus interesses comuns, especialmente ao Congresso. Se esta fragmentação pode até favorecer uma certa elevação da visibilidade dos interesses e temas caros aos empresários, reduz sua capacidade de ação articulada.

Ignacio Godinho, cientista político e diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Referências

Livros, Artigos e Documentos:

- DELGADO, I. G. (2001) *Previdência Social e Mercado no Brasil*, São Paulo, LTR.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) (2002) *A Indústria e o Brasil: Uma Agenda para o Crescimento*.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP) (2002) *O Brasil de Todos Nós*.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. (1993) "Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes" in DINIZ, E. (org) *Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*, Florianópolis, Editora da UFSC/IDACON.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. (2001) *Reconfiguração no Mundo Empresarial: Associações de Representação de Interesses, Lideranças e Ação Política*, Trabalho Apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, de 16 a 20 de outubro de 2001, Caxambu, Minas Gerais.
- SCHNEIDER B. R. (1997-1998), "Organized Business Politics in Democratic Brazil" in *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, V. 39, N. 4, p. 95-125.
- MELO M. & AZEVEDO, S. (1998) "O processo decisório da reforma tributária e da previdência social" in *Cadernos ENAP*, Número 15, Brasília, ENAP.
- NETO, A. M. (2002) *Pronunciamento do Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro Neto, na Solenidade de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da CNI – Gestão 2002/2006*, realizada em Brasília no dia 15 de outubro de 2002.
- PIERSON, P. (1994) *Dismantling The Welfare State?*, Cambridge University Press.
- SCHNEIDER, B. R., MAXFIELD, S., & HAGGARD, S. "Theories of Business and Business-State Relations" in SCHNEIDER, B. & MAXFIELD, S. (edited) (1997) *Business and The State in Developing Countries*, Cornell University Press.
- EVANS (1993) "O Estado como Problema e como Solução" in *Lua Nova*, São Paulo, Número 28/29.



DIGNIDADE HUMANA E PAZ

A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

Para superar a violência

A temática "Pão e Paz" orientou as ações da CESE no último ano, quando mais de 450 projetos foram apoiados. Pelo Edital Pão e Paz, comemorativo dos 30 anos da entidade, foram selecionados 30 projetos de grupos populares em todo o Brasil, empenhados na superação da violência e da fome, alvos prioritários de combate durante a Década para Superar a Violência.

O lançamento do Programa de Apoio Estratégico marcou uma nova iniciativa da CESE, incentivando 10 grupos a desenvolverem trabalhos socialmente solidários em rede.

Koinonia concluiu e entregou à FCP, em dezembro passado, o laudo antropológico da comunidade da Ilha da Marambaia (RJ), para o reconhecimento da área como remanescente de quilombo. O estudo solicitado pela FCP foi realizado em parceria entre Koinonia, Núcleo de Referência Agrária e Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, ambos da UFF com a colaboração do Departamento de história da UFRJ.

A elaboração do laudo e posterior entrega à FCP foram etapas de um processo longo e ainda em andamento para o reconhecimento da comunidade da Marambaia como remanescente de quilombos e a posterior demarcação de suas terras. As recentes mudanças na regulamentação do artigo

68 vão exigir muitas negociações políticas em torno da questão. Os responsáveis pelo laudo alertam para que "o movimento social e as entidades ligadas ao tema, em especial o MPF, as entidades de defesa dos direitos humanos, a Associação Brasileira de Antropologia e a Articulação Nacional dos Remanescentes de Quilombos" estejam atentos e não deixem que a comunidade da Marambaia enfrente sozinha essas negociações.

A luta contra a intolerância religiosa em Salvador obteve uma importante vitória: em primeira instância ficou estabelecido o ganho de causa da ação de Mãe Gilda, do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, contra a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Desde o ano de 1999 tramitava a ação contra a IURD, por danos morais e uso indevido da imagem de Mãe Gilda. O teor da sentença favorável da ação indenizatória, em síntese:

1. Condena convicta IURD e a sua Gráfica a publicar a sentença na capa e encarte do Jornal Universal e por duas tiragens consecutivas;
2. Condena a IURD e a sua Gráfica a indenizar a família em R\$ 1.372.000, reajustáveis pelo INPC desde 1999;
3. Determina que o Ministério Público abra processo criminal contra a IURD.

Os advogados de Koinonia (Convênio/AATR-BA) representam a família nessa ação, em que o Programa Egbé Territórios Negros tem se empenhado por assessorar e apoiar. Na raiz da ação indenizatória está a luta de todo povo de candomblé contra a discriminação, que em última instância é racial, contra as religiões trazidas pelos negros na diáspora forçada da escravidão no Brasil. Koinonia se solidariza com todos os companheiros e as companheiras e entidades que de alguma forma têm apoiado a causa da luta contra a intolerância religiosa.

No Fórum Social Brasileiro realizado em Belo Horizonte, MG, de 6 a 9 de novembro do ano passado, aconteceu mais um lançamento do Relatório editado pelo Conic "Dignidade Humana e Paz no Brasil 2003". Esse relatório apresenta um índice de indignação da população e um indicador da percepção do desrespeito à dignidade humana. Ele está integrado à Campanha da Década para Superar a Violência promovida pelas Igrejas e organismos ecumênicos do FE-Brasil.

A Comissão Brasileira Justiça e Paz, no propósito de colaborar para uma maior consciência acerca das questões da Paz, lançou em dezembro os "Cadernos Justiça e Paz", periódico que tem por finalida-

de propiciar a reflexão e a proposição de ações sobre a prática dos direitos humanos. O primeiro número sugere um empenho crescente das instituições de governo e particulares para o desenvolvimento de uma "cultura de paz no Brasil: superando as violências". "Cadernos Justiça e Paz" é uma iniciativa útil para suscitar o desafio da realização de "territórios de paz", nos campos das relações individuais, interpessoais, entre segmentos diversos da sociedade brasileira.

SIGLÁRIO

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

FCP – Fundação Cultural Palmares

FE – Fórum Ecumênico

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

MPF – Ministério Público Federal

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



KOINONIA é comunidade, afirmação insana e esperançosa de que precisamos uns dos outros – de que não há mundo sem gente e de que não há um sem outros. Do desejo de fazer sempre o gesto da mão que se estende solidária nasceu há dez anos a presença ecumênica de uns tantos amantes do ser, humano, mulher, homem, negro, branco, mestiço, índio, brasileiro, latino-americano... Vício de religiosos ou teimosia de apaixonados por um mundo melhor ou os dois: a comunidade se constituiu associação de serviço.

Assim se tem feito KOINONIA, entre amigas e parceiros de solidariedade, boa companhia da jornada ecumênica: apoiando, criticando e cooperando... Fazendo do trabalho de uns poucos a ação de muitos... Por um lugar melhor para todos viverem sem desigualdades e injustiças. O coração bate forte quando se mergulha na memória de dez anos de rostos e de sons em diálogo: do povo de candomblé, da gente trabalhadora rural nordestina, das comunidades quilombolas, de pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, dos grupos eclesiais... Muitas vítimas de preconceitos, de descasos, de violências, mas tantos e tantas lutadoras, capazes de recuperarem-se de cada tropeço, de fazer nascer a solidariedade e a novidade lá onde menos se espera: na doce e tensa periferia do desmundo. Desmundo sim, pois que o mundo que pedimos, e lutamos por ter, de Deus, ainda não é, será.

Querendo desfazer sempre o malfeito e agradecer, todos e todas em koinonia comemoram nesse ano de 2004 seus dez primeiros anos de convivência, solidariedade e serviço. Que esperamos caminhar ao menos mais dez anos, por ver um dia eterno de justiça, solidariedade, democracia e paz.